

As 'indivíduas', cidadãs paradoxais

Only paradoxes to offer: French feminists and the rights of man.

SCOTT, Joan Wallach

Cambridge, MA: Harvard University Press,
1996. 229 p

Ao declarar que "só tinha paradoxos a oferecer", a revolucionária Olympe de Gouges resumiu a condição peculiar do feminismo. Ao reivindicar direitos políticos, no contexto das revoluções liberais do final do século XVIII, as mulheres afirmavam ser a diferença sexual irrelevante para a participação ativa na vida pública. Ao mesmo tempo, no entanto, afirmando existir interesses específicos das mulheres, elas proclamavam a diferença que queriam abolir.

Desde então, quando lançadas no debate de opinião pública, essas declarações paradoxais se defrontaram com enunciados relativos à 'natureza', pretensamente demonstrando que a diferença visível entre os sexos é o obstáculo insuperável que afasta as mulheres da vida pública e as exclui do poder político. Tais enunciados esmeraram-se em demonstrar que, fisicamente frágeis 'por natureza', as mulheres são pouco racionais, ou ainda que a divisão 'natural' do trabalho as destina à reprodução e à domesticidade. Assim, uma pretendida 'essência' de homens e de mulheres torna-se a justificativa para a promulgação de leis e políticas, quando essa 'essência', histórica e contextualmente variável, é apenas o efeito dessas mesmas leis e políticas.

Em cada crise política, no calor do embate público, o feminismo desafiou essa exclusão com outros argumentos não menos convincentes. Entretanto, como não há possibilidade de encontrar alguma similitude ou mesmice, visível e patente, entre homens e mulheres, que sirva de verdade

irrefutável sobre a qual basear a igualdade, tenta-se exaltar a diferença. E se são diferentes, devem ser iguais? Apesar ou por causa da diferença? Até hoje, o dilema insolúvel continua presente na agenda das feministas.

O feminismo, como movimento político, nasceu com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que promoveu a ambigüidade na concepção de uma igualdade entre indivíduos abstratos portadores de direitos, com o simultâneo silenciamento da exclusão dessa igualdade, das 'indivíduas', sexualmente diferentes. O feminismo expressa essa contradição querendo que essa diferença seja reconhecida e, ao mesmo tempo, que a mesma não seja levada em conta. É nessa navegação constante no mar do universalismo impossível, porém desejável, que o discurso do feminismo vai se consolidando como uma poderosa teoria crítica e como um ativismo multifacetado. No âmbito acadêmico, por sua vez, isso se reflete no grande 'igualdade versus diferença' proporcionalando, há décadas, munição argumentativa às ativistas das diversas tendências do movimento. A presente discussão de Joan Wallach Scott insere-se nesse debate e demonstra sua fatal circularidade.

Em *Only paradoxes to offer: French feminists and the rights of man*,¹ Scott prossegue em sua tarefa de "mudar o pensamento e abrir novas direções para a pesquisa e a produção de textos" em sua área de atuação, a história social. Foi com essas palavras que, no prefácio de *Gender and the Politics of History*, ela definiu sua postura profissional e política, explicitando ainda sua adesão ao pós-estruturalismo, particularmente às abordagens de Michel Foucault. No texto em questão, a autora declara usar os conceitos de saber e poder como inseparáveis da organização social, ao mesmo tempo produzindo-a e transformando-a. Jogos de poder e saber constituem a identidade e a experiência dos sujeitos. Com esse entendimento da fluidez histórica, "identidades e experiências são fenômenos variáveis, organizados discursivamente em contextos ou configurações

particulares.” O saber é um modo de ordenar o mundo, e “gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais.”

Naquele momento, Joan Scott já havia definido, em seu famoso artigo ‘Gender: a useful category of historical analysis’³, sua compreensão de gênero como ‘organização social da diferença sexual’.

Vale a pena retomarmos o que Scott então explicitou sobre sua metodologia para melhor apreciarmos seu domínio do instrumento em *Only Paradoxes to Offer*. Nessa concepção, a diferença sexual não é a causa original da qual a organização social possa ser derivada em última instância, mas sim uma organização social variada que deve ser, ela própria, explicada. Uma organização social não é fixa, muda a cada instante, está atravessada por conflitos permanentes, porém nunca exatamente de mesma natureza. Os significados vão se estabelecendo através desses conflitos, contestações surgem, outros significados procuram legitimidade, e assim vai a roda do conhecimento e da história. Os jogos de poder e saber desenham as identidades dos sujeitos históricos bem como suas experiências, organizadas portanto *discursivamente* em configurações particulares. O discurso de um momento revela o não-dito do momento anterior e proporciona, concomitantemente, o espaço para uma nova contestação. Assim, gênero é um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo. As falas contestadoras das feministas a respeito desse fenômeno, eventualmente conflitantes entre si, até pelos jogos de poder sempre atuantes, geram um novo saber sobre a diferença sexual, inspirando novos desafios políticos.

Only Paradoxes to Offer ilustra magistralmente a maneira pela qual o feminismo tem-se afiado no decorrer de dois séculos e meio contra o próprio paradoxo que o constituiu, desenvolvendo diferentes argumentos ao sabor dos sucessivos questionamentos, como o mágico que vai puxando das mangas lenços de seda que vão mudando de cor. Ao revisitá-las biografias de quatro feministas francesas atuantes em momentos de crises políticas — Olympe de Gouges (1748-1793, na Revolução de 1789), Jeanne Deroin (1805-1894, na Revolução de 1848), Hubertine Auclert (1848-1914, na época da Comuna de Paris de 1870) e Madeleine Pelletier (no início do século XX) — Scott mostra a complexidade do uso dos argumentos feministas respondendo à conjuntura discursiva das sucessivas crises políticas com seus desafios renovados. A autora ilustra seu raciocínio com vasta

documentação histórica e inúmeras citações e, ao reconstituir os debates de cada momento, ela realça as ambigüidades, não só das feministas como também de seus oponentes. Ser uma profunda conhecedora da história da França torna Scott exigente com seu leitor: a densidade de suas informações deixa por vezes o leitor perdido com o acúmulo de detalhes.

Na vida de Olympe de Gouges, apenas cinco anos separam seu primeiro panfleto político, ‘Carta ao povo, ou projeto de um fundo patriótico’, de 1788, no qual identificava-se como ‘membro do Público’, de sua execução pela guilhotina. Na efervescência da Revolução, quando muitas identidades estavam sendo revistas, depostas e repostas, essa escritora de peças, panfletos e brochuras imaginou possível desafiar a realidade de uma cidadania proposta como universal. A Revolução concedera rapidamente direitos civis às mulheres. Em 1791, o casamento foi declarado contrato civil e, no ano seguinte, o divórcio era um direito legal para os dois cônjuges. No entanto, embora cidadãs civis, as mulheres continuaram sem direitos políticos. Em 1791, de Gouges publica sua conhecida ‘Declaração dos Direitos das Mulheres e Cidadãs’ (curiosamente dedicada à Rainha Marie Antoinette, para ganhar importância) segundo a qual as mulheres, por natureza, eram indivíduos, portadoras dos mesmos direitos que os homens, ‘superiores pela beleza e pela coragem no pátria’ e, por natureza, tinham necessidades que tornavam o reconhecimento desses direitos ainda mais urgente.

De Gouges revelou a inconsistência do conceito de universalismo mostrando sua ambigüidade: trata-se de um conceito que pretende fazer das mulheres indivíduos abstratos, mas que impossibilita uma representação política real das mesmas mulheres. Mais do que isso, ela argumentou nos mesmos termos que Rousseau ou Voltaire, dizendo poder ‘sonhar’, ou mesmo ‘imaginar’, ser um ‘animal único, nem homem nem mulher. Tenho a coragem do primeiro e às vezes toda a fraqueza da Segunda, mas os dois ao mesmo tempo (...). Sou uma mulher e tenho servido a minha pátria como um grande homem’. Segundo Scott, uma mulher reivindicar os poderes da imaginação criativa no final do século XVIII era propor algo ao mesmo tempo plausível e inconcebível em termos dos debates do momento, considerando o que Voltaire, Rousseau ou Diderot diziam a respeito da imaginação. Havia longos discursos sobre o que fossem a imaginação normal, a imaginação criativa, mais própria dos cidadãos ativos, ou ainda as idéias extraordinárias, produzidas nas mu-

lheres pela presença do útero, órgão suscetível, segundo alguns, a 'terríveis espasmos'. Idéias que não permitiriam o exercício do direito de voto.

Scott reconstitui a evolução do conceito de cidadania entre 1789 e 1792, nos debates da Assembléia Constituinte, o que permite avaliar a cidadania de Olympe de Gouges, que, ao demonstrar que podia ser uma cidadã 'ativa', desafiou a Revolução. O anúncio de sua morte pela guilhotina, em 1793, no jornal *La Feuille du Salut Public*, é notável e dá a chave do teor subversivo de seus argumentos em favor da cidadania das mulheres: "Nascida com uma imaginação exaltada, Olympe de Gouges tornou seu delírio como inspiração da natureza. Quis ser um homem de estado. Desenvolveu os projetos daqueles que, perdidamente, querem dividir a França. Parece que a lei puniu essa conspiradora por ter esquecido as virtudes que pertencem ao seu sexo" (p. 52).

A guilhotina, no entanto, não despediu sua memória. Meio século depois, Jeanne Deroin, uma defensora do socialismo utópico, considerou-se herdeira da campanha de Olympe de Gouges pelos direitos políticos das mulheres. O contexto era muito diferente: naquele momento, o direito de voto e o direito ao trabalho eram inextricáveis, e o grito pelo direito ao trabalho fora lançado por homens e mulheres nas barricadas durante as Jornadas de Fevereiro de 1848. Jeanne Deroin organiza associações de trabalhadores, escreve panfletos e artigos para *La Voix des Femmes*, primeiro jornal feminista da República. Logo depois lança outro: *La Politique des Femmes*. Quando os direitos políticos são mais uma vez negados às mulheres pela Reação de Julho de 1848, ela muda o nome para *L'Opinion des Femmes* e, não contente, se candidata à Assembléia Nacional, o que era inconstitucional. Joan Scott mostra muito bem a curiosa incongruência entre o teor subversivo das atitudes públicas de Deroin e seu feminismo, que acentua o feminino, a necessária diferença. Com sua adesão ao socialismo utópico, ela considera o casal a unidade básica da humanidade, fazendo da diferença sexual a base da igualdade. Em julho de 1848, a volta ao conservadorismo apela novamente à natureza e dá acento não aos direitos dos cidadãos, mas a seus deveres, tornando a proteção da família o dever maior do pai cidadão. A esfera privada fica desenhada pelos deveres civis dos pais, negando os direitos políticos das mães. Jeanne Deroin, entretanto, utilizará justamente o mesmo argumento, dos deveres das mães para com a moral pública e com a justiça, para subverter o status quo e concorrer à Assembléia Nacional. Naquele momento, associando as

mulheres aos deveres, as feministas baseavam então sua reivindicação na figura da mãe.

Acusada de subversão em 1850, por sua atividade junto aos socialistas, e condenada, Jeanne Deroin partiu para a Inglaterra, onde continuou a escrever em jornais e a trocar correspondência com outras feministas europeias. Scott destaca a importância de Deroin na concepção do feminismo como uma força política, inspirada por sua ligação com as ações das mulheres no passado, e na construção da noção de uma tradição feminista subversiva, capaz de unir as mulheres em torno de metas comuns.

Interessante notar uma corrente epistolar, em 1886, entre Jeanne Deroin e Hubertine Auclert. Com 38 anos, ativista há mais de dez, Hubertine publica as cartas de Jeanne, já com 81 anos, em seu jornal sufragista, *La Citoyenne*. Estamos na Terceira República Francesa, após a guerra vencida pela Prússia, o estado enfrenta a pobreza e as desigualdades econômicas. Se o fantasma dos Communaards, sublevados em 1870, animou a reação conservadora, sustando a promulgação do sufrágio universal e acelerando reformas urbanas (para evitar a possibilidade de se erguer barricadas), políticas sociais socialistas promoveram o ensino leigo, gratuito, obrigatório, o desenvolvimento da higiene pública e, por exemplo, cuidados com a infância abandonada. Hubertine Auclert é a típica sufragista que panfletava, faz discursos, clama que "uma república que mantém as mulheres numa condição de inferioridade não poderá tornar os homens iguais", mas, ao mesmo tempo, reverencia os ideais da república, a racionalidade, a ordem social, o positivismo, a ciência. O voto é também visto como instrumento de progresso. A palavra lógica é recorrente em seus discursos: as mulheres merecem direitos políticos, pois são seres lógicos. Para Auclert, o sujeito feminista é feminino, hesita sempre entre a força e a persuasão em sua estratégia política, e, por ser lógico, entende a premência da questão da linguagem: a feminização da linguagem pode mudar a realidade. Auclert desenvolve também o conceito de 'interesses das mulheres'. Há um certo paradoxo entre a linha da lógica, do racionalismo, e os interesses das mulheres associados à paz e à preservação da vida, à harmonia do social, envolvendo os trabalhadores: "Pedimos a vocês proletários, nossos camaradas de luta, que apoiem nosso direitos à emancipação. Vocês votam, têm o poder dos números, são todos mulheres pelo coração, são nossos irmãos". Números e coração.

Em 1908, Hubertine Auclert e Madeleine Pelletier estão juntas numa ação de derrubada de

urnas de votação, em Paris. Psiquiatra, sufragista, também jornalista, escritora, Madeleine, ao contrário de Hubertine, não vê o direito de voto como instrumento de emancipação coletiva, mas como meio de acesso à plena liberdade individual e ao poder. Com o voto as mulheres passarão a existir como sujeitos autônomos, verdadeiros indivíduos.

Embora tenha militado entre os socialistas e pertencido ao partido comunista até 1925, Pelletier é vista por Joan Scott como uma liberal radical, uma individualista radical, o que demonstra montando o quadro do individualismo do início do século XX, na França, constituído por correntes de pensamento como a psicologia social de Gustave Le Bon e a filosofia do devenir de Henri Bergson.

Um dos lemas de Madeleine Pelletier era: 'Não ser mulher da maneira esperada pela sociedade'. Ela vê o sujeito portador de direitos praticamente de-sexuado. O feminismo não é visto como meio de melhorar o status social das mulheres, mas uma maneira de dissolver a própria categoria 'mulheres'. É uma rejeição do feminino visto como 'sexo psicológico', socialmente imposto, como um conjunto de hábitos adquiridos. "Não gosto das mulheres talis como são", dizia Pelletier, "quero vê-las socialmente homens". Recusando sua própria sexualidade, eternamente vestida de homem, ela não podia negar entretanto a existência da sexualidade das mulheres e da reprodução como expressão física de suas individualidades. Defendeu o direito das mulheres sobre seus corpos. A partir dos anos 20 insurgiu-se contra o movimento pronatalista que seguiu a mortífera Primeira Guerra Mundial. Lutou pela contracepção e pela legalização do aborto nos três primeiros meses de gravidez. Muito perseguida, acabou acusada de promover abortos, foi processada em 1939 e presa num hospital psiquiátrico onde morreu poucos meses depois.

O capítulo sobre Madeleine Pelletier é o mais denso do livro e, a meu ver, oferece uma discussão instigante para as feministas contemporâneas, tão ligadas à questão da sexualidade. Embora Joan Scott não diga nada, por exemplo, da

eventual influência das descobertas de Freud nessa área, a psicanálise lacaniana está presente em suas observações sobre a questão da diferença sexual e a maneira de vestir.

As francesas receberam o direito de voto em 21 de abril de 1944, no momento da Liberação da França, quando renascia a ordem após o caos da Segunda Guerra Mundial. Tornadas visíveis politicamente, as 'individus', no entanto, continuavam como o 'segundo sexo'. Com essas palavras, Simone de Beauvoir iniciou uma nova linha de argumentação contraditória: as mulheres são 'elas' e 'outras' ao mesmo tempo. 'Outras' culturalmente. Sem autonomia econômica, sem autonomia sexual, como não ser 'outra'?

O paradoxo do feminismo não é um defeito, mas uma condição. Scott pensa que é possível existir uma política feminista que explore essa tensão sem querer forçosamente que ela se resolva. Oposições no seio de relações sociais devem ser concebidas como núcleos de energia que desafiam a capacidade humana de criar novas formas de convivência, não discriminatórias, entre os seres humanos, tão ricamente diferentes. Além da demonstração metodológica e da fina análise de uma impressionante massa bibliográfica, *Only Paradoxes to Offer* transmite a paixão de Scott por uma certa concepção de história e do que seja escrever a história das mulheres e do feminismo.

¹ Em processo de tradução, enquanto este livro não for disponível em português, pode-se consultar a entrevista de sua autora à *Estudos Feministas*, v.6, n.1, Rio de Janeiro, 1998, p. 114-24.

² New York: Columbia University Press, 1988. Traduzido em *Cadernos Pagu*, v. 3. Campinas: Unicamp, 1994.

³ The *American Historical Review*, dezembro de 1986, e também no capítulo II de *Gender and the Politics of History* (op. cit.). Tradução em português em *Educação e Realidade*, v. 6, n. 2. Porto Alegre, 2^{sem}/1990.

DANIELLE ARDAILLON ■

Fronteiras do gênero

Gênero sem fronteiras

SCHPUN, Mônica Raisa (org.)

Florianópolis: Mulheres, 1997. 208 p

Organizado por Mônica Raisa Schpun, *Gênero sem fronteiras* reúne textos originalmente programados para o painel 'Estudos sobre a mulher: um olhar multidisciplinar', realizado no terceiro encontro da Brazilian Studies Association (Brasa), em setembro de 1996, em Cambridge, Inglaterra. A proposta de multidisciplinaridade é levada a termo pela inclusão de autoras das áreas de história, antropologia, sociologia e letras. Diante dis-

so, pensar o livro como 'obra', como 'todo', torna-se instigante e difícil.

A partir da proposta de resenhar o livro, o próprio título tornou-se particularmente inquietante, posto que várias vezes me referi a ele como 'Fronteiras do gênero' e não como 'Gênero sem fronteiras': um ato falho que convida à reflexão. A que se refere a metáfora fronteiras? Ao encontro 'além fronteiras' que deu origem à obra, reunindo pesquisadoras brasileiras fora do Brasil? As limitações sócio-culturais de gênero? A utopias libertárias? Pode ser, mas certamente o título faz referência a fronteiras disciplinares — à multidisciplinaridade implícita na organização da obra.

Na verdade, o leitor constatará que as fronteiras disciplinares, embora mais reais do que metafóricas, são freqüentemente transpostas, e que é possível traçar não uma, mas diversas transversalidades entre os estudos reunidos neste livro, a par de algumas fronteiras mais rigidamente estruturadas — questão mais de refinamento de análise do que de perda de identidade disciplinar. Os trabalhos mais 'encastelados' em fronteiras disciplinares são os mais empíricos, ao contrário dos mais teóricos, os quais, pela própria natureza da reflexão a que se propõem, tendem a debruçar-se sobre as influências reciprocas das diversas orientações teóricas muitas vezes originadas de matrizes disciplinares distintas.

Abrindo a coletânea está o artigo de Nádia Battella Gotlib, sobre o trabalho de investigação que representa o 'gênero biográfico'. A discussão de Gotlib se dá a partir da biografia que fez de Clarice Lispector¹. O artigo sublinha a dificuldade de biografar alguém que foi uma espécie de mestre do ficcional, para quem nada pode ser absolutamente histórico ou cientificamente comprovável, nem mesmo a data de nascimento, uma biografada que, pelo contrário, colabora no que a autora chama de 'uma construção voluntária das ambigüidades'. A par da grande contribuição aos estudos lispectorianos que essa biografia representou, não deixa de ser uma contribuição importante para os mesmos estudos (e para o próprio gênero biográfico) sublinhar o que há de ficcional e estilisticamente lispectoriano na biografia de Clarice.

O artigo, entretanto, poderia ser enriquecido se, talvez transpondo fronteiras disciplinares, dialogasse com outras metodologias de reconstituição de histórias pessoais, como as da história e da antropologia. Toda a discussão sobre a 'construção voluntária das ambigüidades', a produção de uma 'história que se abre para a ficção', é extremamente familiar, por exemplo, para

o antropólogo quando faz 'história de vida'. Com certeza, a reflexão sobre a vida de Clarice e sua biografia tem a ganhar com a incorporação da discussão mais propriamente teórica de gênero (não o 'biográfico', refiro-me à categoria similar a 'sexo social'), capaz de marcar a linha entre a Clarice excepcional e a Clarice 'mulher do seu tempo', ou seja, entre ser social e ser historicizado.

Ainda com referência àquela divisão (fronteira?) inicialmente estabelecida entre artigos mais empíricos e outros mais teóricos, e particularmente com relação aos primeiros, cabe criticar exatamente a total ausência ou insuficiente explicitação de uma discussão teórica, em nota de rodapé que seja, que estabeleça a base conceitual que estrutura o trabalho com dados empíricos.

O fascinante quadro pintado por Miriam Lichitz Moreira Leite sobre mulheres viajantes e escritoras, escreventes ou escrevinhadoras, não foge do problema acima descrito. O texto (ou sua leitura) certamente se beneficiaria de um esclarecimento acerca do estatuto teórico de certas categorias como *mulher* e *feminino*. Não obstante, traçando aproximações e contrastes entre umas e outras viajantes, a autora vai demarcando, sob uma talvez presumível hegemonia dada pela condição feminina, as marcantes diferenças relativas a condição social, conhecimentos e habilidades, estado civil, nacionalidade, motivação e, possivelmente, temperamento.

Diante disso, torna-se um tanto insólito o desfecho do artigo. O que se vê na última página — quiçá resultante de uma certa concepção de *história das mulheres* ou do tratamento francamente admirador do caráter transgressor comum à história de vida daquelas mulheres — parece uma tentativa de reunir sob uma unidade o que nas páginas anteriores se provou diversidade. A inserção final do exemplo das mulheres bororo como contraponto comparativo só reforça essa impressão: "Ao que tudo indica, as mulheres sempre carregaram, ao viajar, pelo menos a casa e os filhos na cabeça" (p. 40).

Entretanto essa não é a tônica do artigo. O que prevalece é o objetivo, enunciado logo à primeira página, de revelar as diferenças sociais e individuais entre as várias mulheres que dão a base empírica ao estudo — pertencentes a mundos sociais e temporais às vezes distintos — e de refletir "sobre o quanto um comportamento usual continua a haver sob um comportamento extraordinário, e [sobre] a diversidade de recepção obtida por suas obras"² (p. 25). Mais do que filhos ou casa, o que as viajantes carregaram inevitavelmente — a autora é sagaz ao sublinhar — foi a própria so-

ciéidade de origem, a cultura, os valores e hábitos que transportavam para dentro de suas aventuras e de seus escritos.

A problemática de gênero e classe social é mais focal nos artigos de Mônica Raisa Schpun (sobre códigos sexuados e esportes da oligarquia paulista dos anos vinte) e de Cynthia Andersen Sarti (sobre relação trabalho/gênero na periferia da São Paulo contemporânea). Schpun demonstra muito bem o potencial 'classificatório' dos esportes, estabelecendo hierarquias e diferenças de gênero e de classe: descreve as práticas esportivas para homens ou mulheres exclusivamente da elite (como o tênis ou a 'dança clássica') ou exclusivamente para homens, independente de origens sociais, como se tornou o futebol.

Contextualizando e historicizando adequadamente o grupo social estudado, o artigo demonstra como o gênero é produzido nos corpos e como diferenças de gênero são somatizadas, segundo certas técnicas corporais, ao mesmo tempo, 'generificadoras' (ou sexuadas, como prefere a autora) e distintivas (dominadas pela elite). Assim, é muito bem trabalhada a idéia de que gênero e incorporação das diferenças de gênero (socialmente estabelecidas, fique claro) precisam ser historicizadas e, fundamental quando tratamos de 'sociedades complexas' ou 'modernas', remetidas à classe social. O ponto alto do texto é o *insight* de que não apenas corpos ou pessoas são sexuados ou têm um gênero atribuído, incorporado ou construído: as práticas sociais (desenvolvidas em torno do esporte num espaço social organizado segundo códigos sexuados) é que são marcadas por uma lógica sexuada, são práticas 'generizadas' (p. 69).

É preciso dizer aqui que a autora não usa a categoria 'gênero', e sim 'sexo', o que em si não significaria problema, na medida em que sexo é tratado como sexo social, de forma muito semelhante ao conceito de gênero. O problema é que, de sexo, o texto passa a falar de sexuado, embora não necessariamente de sexualidade, outro conceito que a leitura do texto acaba por evocar. Quando a autora afirma que as práticas esportivas são extremamente sexuadas, devemos entender que isso nada tem a ver com sedução ou sensualidade, mas simplesmente que elas são tremendamente generizadas. A questão pode parecer meramente semântica mas suscita a confusão, principalmente considerando que em nenhum momento do texto é dado ao leitor o esclarecimento de categorias e conceitos como sexo, código sexuado ou ainda identidades masculinas coletivas.

Muito oportuno é também o artigo de Cynthia Sarti ao tratar de gênero e classe social, embora, ao contemplar a questão de classe, ela opte pela desconcertante categoria 'pobreza'. Este é dos raros artigos que aceitam o desafio de cruzar discussão teórico-conceitual com o tratamento de dados empíricos. Nesse sentido, Sarti preocupa-se em explicitar conceitos, fazendo-o, entretanto, de forma insuficiente com relação à categoria pobre: em parte é uma categoria 'émica'³ — a auto-imagem dos moradores da periferia se inclui nessa categoria —, que tem uma carga negativa (de falta e carência) e que convive com uma noção também émica, porém com carga positiva — a noção de ser *trabalhador*. Seria interessante se Sarti explicasse por que opta por uma categoria émica negativa.

Não obstante, o artigo de Sarti insere-se muito bem na discussão teórica mais propriamente de gênero, descrevendo as construções nativas de gênero (particulares à população estudada) e incorporando o aspecto relacional daquele conceito ao investigar os diferentes significados, para homens e mulheres pobres, da relação com a família e o trabalho. Sarti ainda sublinha a diversidade de significados do trabalho para mulheres de classes sociais diferentes — contrariando a premissa feminista segundo a qual o trabalho remunerado seria pré-condição da liberação feminina: "Aqui aparecem, ainda com mais clareza, os limites de classe social, nas dificuldades de realização da individualidade moderna, pressuposto da idéia do trabalho como condição de liberação da mulher" (p. 163).

Neste ponto é possível identificar uma certa transversalidade entre esse artigo e o de Maria das Dores Campos Machado, 'Mulheres: da прédica pentecostal ao debate sobre sexualidade, saúde reprodutiva, aborto e planejamento familiar', no qual a autora sugere que um tratamento mais descendente por parte das igrejas pentecostais com relação à sexualidade (esterilização, aborto etc) tampouco representa necessariamente emancipação ou realização da individualidade feminina. O objetivo do artigo é avançar na reflexão sobre a relação daquelas igrejas com o segmento feminino, especialmente com relação ao campo da saúde reprodutiva — aborto e planejamento familiar —, campo este em que se acirra a disputa entre diversas denominações religiosas, principalmente considerando a inexistência de uma política de saúde reprodutiva, por parte do Estado brasileiro, capaz de satisfazer uma enorme demanda da grande maioria da população brasileira.

O artigo de Maria das Dores Campos Machado, entretanto, em algumas passagens, beira o viés victimizador. A autora não chega a assumir tal perspectiva. Tampouco pretende-se aqui duvidar das múltiplas dominações — não apenas de gênero — a que estão sujeitas as fiéis das religiões pentecostais. Ao contrário, a autora é muito hábil e sensível ao lidar com os encaminhamentos dessas igrejas no que se refere a sexualidade e saúde reprodutiva — às vezes surpreendentes porque aparentemente emancipatórios para a mulher, pois lhe facultam a contracepção, lidam de forma menos culposa com experiências pregressas de aborto, admitem práticas性uais não exclusivamente ligadas à reprodução etc. Machado é de fato feliz em apontar o quanto não é a mulher, seu corpo, sua saúde e sua sexualidade o que está em questão nesses encaminhamentos: freqüentemente, é a satisfação sexual dos homens, a projeção de um modelo de casal e família cristão ou o saneamento de problemas da 'sociedade brasileira'. De fato, pentecostais não são feministas. Ao enfatizar, entretanto, aqueles aspectos, a autora deixa de (correr o risco de) tratar certas sutilezas e ambigüidades (e talvez ganhos reais) do status da mulher nas redes de poder em que — como indica a descrição do campo — essas mulheres estão imersas. Os próprios dados do artigo sugerem que, mais do que coerção, uma grande tolerância e freqüente facilitação da esterilização sejam, mais provavelmente, um charme para mulheres populares e que isso, longe de representar uma 'falsa consciência' por parte delas, possa resultar, senão em certo grau de autonomia, ao menos em ganhos efetivos (na vida familiar e cotidiana dessas mulheres, em seu corpo, saúde, ou mesmo em sua sexualidade), cujos significados, na perspectiva dessas mulheres, valeria a pena indagar.

Além com relação à transposição de fronteiras entre os estudos presentes no livro, é de se registrar um diálogo subliminar entre o texto de Sartl e o envolvente artigo de Maria Lygia Quartim de Moraes sobre a história do feminismo no Brasil e a vitória do neoliberalismo. Os artigos se interseccionam na assumidamente compartilhada crítica ao caráter formal da igualdade defendida pelo neoliberalismo, o que confere relevância política de extrema atualidade às questões ali discutidas.

O artigo de Maria Izilda Santos de Matos é daqueles que mereceriam título do tipo 'o que todo/a historiador/a, ou pesquisadores, da área do gênero deveriam saber, lembrar e usar sobre 'gênero''. Toca pontos fundamentais da discussão de

gênero: a crítica ao essencialismo, as abordagens biologizantes ou universalizantes, ao mesmo tempo em que ressalta o aspecto plural e relacional das construções de gênero (entendidas como culturais, históricas e temporais). Matos ainda nos brinda com uma reflexão sobre a efemeridade do conhecimento e a dimensão salutar das pre-cariedades, ambigüidades e incertezas das certezas produzidas pela pesquisa.

É essencialmente teórico e é, sem sombra de dúvida, uma grande contribuição para os estudos de gênero, o artigo de Lila Zanotta Machado, 'Estudos de Gênero: para além do jogo entre intelectuais e feministas'. Avaliando aspectos teóricos desse campo intelectual, Machado ultrapassa a simples revisão e sistematização de saberes e discussões correlatas. Mapeando diferenças e semelhanças, particularidades e aproximações, entre os campos francês, americano e brasileiro, o artigo é muito esclarecedor quanto a questões nodais como a dominação e a diferença. É digna de nota a discussão, nesse artigo, sobre 'campo intelectual e feminismo', onde a autora, fazendo-se interlocutora de Bourdieu, recoloca as coisas 'em seus devidos lugares'. A verdadeira originalidade do "campo intelectual de estudos de gênero, de relações sociais de sexo ou de estudos sobre a mulher" não reside na desnaturalização das diferenças sexuais tão conhecida das ciências sociais, como pretende Bourdieu⁴, mas na marca constituidora do feminismo nesse campo, que permite um tratamento original para antigas aquisições. A originalidade reside num compromisso político com as utopias e com a crítica característica do feminismo: "Nesse campo, a exigência do trabalho propriamente científico da construção do objeto e a crença na capacidade 'reveladora' da ciência é consentânea com o pensamento utópico" (p. 101). É próprio do feminismo, malgrado todas as diferenças internas, "subverter posições e reinterrogar saberes".

O desafio de reinterrogar saberes é encarado por Machado com originalidade e crítica, num tipo de contribuição que, além de merecer epígrafes do tipo 'tudo o que qualquer pesquisador/a de gênero deveria saber', assume um grau de complexidade dificilmente resumível em poucos parágrafos. Uma ausência estranhamente sentida em sua reflexão refere-se à influência teórica da discussão promovida por Marilyn Strathern⁵ acerca de gênero, feminismo e dominação, sobre o campo brasileiro, desde a década de oitenta, influência esta sistematicamente citada por outros autores brasileiros.

Finalmente, é ainda Machado quem vai tra-

tar com grande lucidez das 'fronteiras do gênero', constantemente demarcadas e desmarcadas, borradadas ou atravessadas por transversalidades. A reunião de autoras oriundas de diferentes disciplinas foi guiada, conforme Schpun revela no inicio do livro (p. 13), pela "crença de que os estudos sobre mulheres e relações de gênero desenham um campo privilegiado para o estabelecimento da interdisciplinaridade". Se essa crença é de fato generalizada neste campo, não menos comum é um permanente e subliminar lamento quanto às dificuldades reais de concretização da anelada e jamais inteiramente concretizada interdisciplinaridade — gênero sem fronteiras é também nossa utopia. Nesse sentido talvez seja alentador lembrar (ou divulgar) algo dito por Miguel Vale de Almeida⁶ em passagem pelo Brasil: para termos interdisciplinaridade, é preciso primeiro termos *disciplinaridade*. Ou seja, dentro de nossas fronteiras disciplinares, se é mister interagir e trocar, também é bom — produtivo, salutar, instigante — ver cada um fazendo a sua parte — cientistas sociais e juristas, psicólogos e historiadores, antropólogos e literatos, pesquisadores e pesquisadoras. O livro de Mônica Raisa Schpun, por sua vez, faz a sua parte lançando luzes sobre as fronteiras do gênero presentes na utopia de um gênero sem fronteiras.⁷

1 Nádia Battella Gotlib. *Clarice: uma vida que se conta*. São Paulo: Ática, 1995.

2 É digna de nota a instigante reprodução de retratos das viajantes, especialmente o de Therese von Bayern em campo e o da cabine de Annie Brassey na escuna em que viajou com a família.

3 No jargão antropológico, *étnico* equivale a *nativo*, referindo-se às categorias usadas pelo grupo social estudado e opõendo-se ao *étnico* (categorias e conceitos do antropólogo).

4 Pierre Bourdieu. *La domination masculine*. Actes de la Recherche en Ciências Sociais, n. 84. Paris, 1990.

5 Marilyn Strathern. *The gender of the gift: problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley: University of California Press, 1990.

6 Antropólogo português, autor de *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995. Abordou a questão em conferência promovida pelo Pagu e pelo Cemri na Unicamp em 30 de setembro de 1998.

7 A excelente produção material do livro é digna de nota. A introdução de uma estética menos acadêmica também suscita elogios, embora uma eventual sobrecarga de enfeites e marcações (vide p. 150-1) coloque por vezes em dúvida tal estética (que eu não ousaria supor 'feminilina').

FLÁVIA DE MATTOZ MOTTA ■

Desnaturalizando antigas leituras

Armadilhas da sedução: os romances de M. Delly

CUNHA, Maria Teresa Santos

Belo Horizonte: Autêntica, 1999

Armadilhas da sedução: os romances de M. Delly, de Maria Teresa Santos Cunha, encanta o leitor pela possibilidade de se deliciar com a história. Em sua tese de doutoramento em educação pela USP, agora em forma de livro, a autora demonstra, sob a perspectiva da história cultural

(i.e., percebendo como em lugares e períodos diferentes certas práticas são construídas e compreendidas), ser possível extrapolar as informações contidas nos romances para entrar num universo onde o livro e a leitura sejam "criadores de sentido para a história e para o leitor."

Os romances de Madame Delly eram, na verdade, escritos por um casal de irmãos franceses — Frédéric Henri Petitjean de La Rosière e Jeanne-Marie Henriette Petitjean de La Rosière. Tais romances, ambientados na França, foram publicados no Brasil pela Companhia Editora Nacional, na Coleção Biblioteca das Moças, e tornaram-se populares junto a jovens brasileiras de classe média, especialmente as normalistas, entre as décadas de 1930 e 1960 (tendo sido editados ininterruptamente entre 1935 e 1963). Eram bons presentes; hoje são geralmente encontrados em

arquivos domésticos ou em bibliotecas de escolas. Analisando cerca de trinta romances dessa coleção, de 1935 a 1986, e recorrendo a testemunhos pessoais de antigas leitoras (quase todas naturais e residentes em Florianópolis/SC) — transitando assim em diferentes áreas do conhecimento (história, educação, sociologia, literatura, lingüística) —, a autora traz uma importante contribuição à historiografia brasileira, especialmente em relação à educação feminina.

Escritos por 'católicos fervorosos', os livros eram considerados 'romances honestos' pela Igreja Católica, pois 'colocavam em cena uma boa lição moral'. Do gênero romance-folhetim, eram aceitos pela igreja e pelas famílias, "difundiam junto às leitoras um tipo ideal de comportamento" (p. 38), prescreviam condutas, buscavam normatizar papéis femininos, moldavam o padrão ideal de mulher.

Ao buscar uma história da educação feminina, Maria Teresa privilegiou como referenciais teóricos os estudos de Roger Chartier e Robert Darnton. Possivelmente lembrando Chartier, no sentido de que "não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido", a autora leu também a materialidade que envolvia os romances de M. Delly — capas, títulos, letras. Num ponto alto de seu livro, ela analisa como esses elementos funcionaram para 'educar as sensibilidades' daquelas jovens leitoras, ao mesmo tempo em que favoreciam o aparecimento de um certo imaginário romântico, que ajudava a construir um modelo de mulher ideal: mulheres suaves, delicadas, muitas vezes vestidas de branco, heroínas, passando a idéia de pureza e virgindade. As capas ajudavam a mostrar o recato; "evocavam símbolos convencionalmente ligados a uma atitude romântica — cores claras, mulheres rodeadas de flores, pássaros e animais domésticos" (p. 65).

Os títulos, tais como *Boas esposas*, articulavam a educação feminina com o culto à domesticidade, podendo também, de modo geral, ser considerados como estratégias para "propagar um modelo de mulher que participaria da edificação moral, social e religiosa da própria sociedade" (p. 67) — o que fica especialmente claro em *A Fadazinha* ou *Mulherzinhas*. O estudo das capas e dos títulos aponta ainda para as vastas possibilidades de apropriação que as diversas leitoras faziam daquelas 'belas histórias'. A atração das capas às vezes chegava ao ponto de uma entrevistada dizer que "preferia ficar sonhando, olhando a capa, do que ler a estória ali contada" (p. 53).

Ao explicitar, como no último exemplo, diferentes apropriações feitas pelas leitoras dos roman-

ces de M. Delly, Maria Teresa ratifica a importância de se compreender a leitura, neste caso a leitura feminina, como 'atividade produtiva de sentidos singulares', não necessariamente subordinadas às intenções de editores e autores. É interessante, em relação ao conceito de 'apropriação', a preocupação da autora em evidenciar de onde partem suas interlocuções. Numa linguagem fluida, ela entrelaça diferentes questões teóricas, a partir de Chartier, Certeau e Benjamin, para demonstrar que as leitoras de fato conferiam múltiplos sentidos às imagens e aos textos.

Esses romances realmente alimentavam o imaginário e ajudavam a construir a subjetividade das leitoras. Analisando seus enredos bem definidos — "as estórias narradas privilegiavam o amor como sentimento todo poderoso (...) o final feliz satisfazia o 'sentimento do justo' tão caro à Igreja Católica (...) o casamento feliz nos moldes da Igreja Católica confirmava o caráter de obras edificantes" —, Maria Teresa vai revelando uma 'educação que seduz, uma sedução que educa'.

Nos enredos, as mulheres tocavam piano, cuidavam da decoração, dançavam, aprendiam francês, tinham compostura, eram refinadas, discretas, elegantes, sentimentalistas e frágiles (tinham vertigens e desmaios). Eram dedicadas ao lar e ao marido, não entendiam de política, enfim, precisavam de maridos fortes, que as protegessem. As representações femininas expressas nos romances reforçavam o papel da mulher (esposa, mãe, professora), levando-a a desacreditar outras possibilidades de realização. Os códigos de moral, valores e condutas evidenciados nas vivências das heroínas engendravam o 'ser mulher'.

São enredos que, pela profusão de imagens, merecem ser tematizados não só enquanto texto literário, mas também "como prática simbólica divulgadora de valores e modelos capazes de contribuir para a construção de uma certa sensibilidade romântica em uma dada comunidade de leitoras" (p. 20). Num constante cruzamento entre os enredos dos romances e as rememorações das entrevistadas (que leram e sonharam, mas também demonstraram reações diversificadas a respeito das lembranças que as leituras traziam), a autora ratifica a importância desses romances "quando se fala em 'modelagem' da sensibilidade feminina ou mesmo em construção de subjetividades através das práticas de leitura" (p. 37).

Na década de 1950 e no início da de 1960, as editoras começaram a investir mais no público feminino e apostar em seu gosto pelo 'lado senti-

mental', pelas 'emoções', difundindo um tipo ideal de comportamento a ser alcançado, marcado por uma moral conservadora que mostrava uma certa preocupação com o controle dos afetos e o refreamento de impulsos (p. 140). Além do recauto já mencionado, as mãos [delicadas e quase sagradas] das personagens estavam sempre ocupadas, talvez para não 'perturbar o corpo'. E não só os romances estavam preocupados com o comportamento que deveriam ter as 'mulheres de bem'; na imprensa era igualmente possível verificar os conselhos práticos para as donas de casa. Tais informações, cuidadosamente analisadas pela autora, explicitam o quanto a leitura dos romances de M. Delly estavam presentes no lazer das moças normalistas.

Para destacar que "os romances de folhetim atravessaram classes sociais, tempos históricos e lugares físicos" (p. 40-1), a autora lembra que romances que serviram para entreter e educar as jovens da classe média no início da década de 1970 passaram a ser lidos por operárias nos anos 90, através das "Sabrinas, Júlias e Blancas". São outras histórias, outros modelos a serem seguidos, outras leitoras, outras apropriações... É no entrelaçamento entre romances e história que Maria Teresa revela como os romances de M. Delly "propiciaram o desenvolvimento da sensibilidade e do imaginário" (p. 126).

Nessa perspectiva, os romances de M. Delly ajudavam a construir culturalmente as diferenças entre os gêneros e uma imagem de mulher burguesa. Assim, a autora demonstra o quanto os 'ensinamentos' propagados pelos personagens dos romances contribuíram para uma educação de sentimentos, gostos e sensibilidades historicamente construída e marcada pelas diferenças de gênero. A própria associação mulher/romance, intrínseca ao universo da mulher burguesa e à dimensão do privado, firmou-se na Europa do século XVIII e foi trazida para o Brasil, via modelo francês, buscando exatamente construir uma imagem de mulher burguesa. Os romances de amor, principalmente os franceses, eram lidos pelas mulheres da elite brasileira a partir de meados do século XIX. Os colégios femininos, também no Brasil, reforçavam a construção de um modelo feminino "dotado de atributos como o refinamento, a compostura, a polidez, a disciplina e a elegância, aliados a uma noção precisa de hierarquia e submissão" (p. 29).

Se a associação mulher/romance é presença forte no imaginário ocidental, a autora vai desnaturalizando sujeitos idealizados através das (re)significações e das 'outras apropriações' de

algumas das antigas leitoras de M. Delly. Nesse sentido, a cada virada de página, somos levadas pela autora a entender como essa relação mulher/romance se processou.

Entretanto, apesar de a memória feminina não ser o principal objeto de análise do livro, é importante salientar que uma discussão mais detalhada sobre as histórias das próprias entrevistadas daria ao leitor uma compreensão melhor da metodologia utilizada pela pesquisadora. Trata-se de uma memória feminina que poderia ter permitido à autora uma discussão maior sobre gênero. Segundo Maria Teresa, as entrevistas exemplificam os "diferentes discursos provenientes da leitura de um mesmo texto". Seis mulheres — professoras, brancas, de classe média e com idades entre 48 e 66 anos — compartilharam com a autora as lembranças de suas leituras (p. 19). Leituras da mocidade, rememoradas com carinho e saudades, imprimem à narrativa uma sonoridade especial. Assim, embora Maria Teresa tenha explicitado seus 'recortes', o aprofundamento dessas questões em muito enriqueceria seu trabalho para os interessados nos estudos de gênero e de memória.

As falas das entrevistadas, heterogêneas e subjetivas, propiciam aos leitores um encantamento com as experiências vivenciadas. As lembranças das antigas leitoras permitem inferências sobre suas apropriações, sobre a produção de sentido particularizada que cada uma fez daqueles romances. Os romances permitiam sonhar, fugir, adentrar salões requintados e conhecer homens lindos e ricos. E as reminiscências das entrevistadas apresentam reações diversificadas a essas leituras — nem sempre elas 'acreditavam' em tantas prescrições ou nos 'contos de fadas', embora, como a autora evidencia, "no plano simbólico tudo acabava fazendo sentido, porque, como nos contos de fada, a fantasia estava carregada de valores e sob a aparência de diversão veiculava muitos conteúdos" (p. 121); foi uma das entrevistadas, aliás, que traduziu o modo como os romances conquistavam as leitoras: elas não acreditavam no que liam, "mas (...) faz sonhar, não faz?" (p. 116).

De qualquer modo, Maria Teresa, ao longo de toda a narrativa, ao apresentar um texto belo, elaborado com esmero e sensibilidade, realmente encanta, como já mencionei... Um encantamento que flui, fruto, possivelmente, de suas oscilações entre história, educação e literatura, de seu "sonho de escrever história com a sensibilidade do crítico literário, os olhos do educador e a argúcia do lingüista diante da fala e do texto" (p. 21-2). Entendo que estudos como o de Maria Teresa são

imprescindíveis para 'conhecermos' diferentes experiências vivenciadas por mulheres. Falar das leituras, da subjetividade, de uma sensibilidade romântica, dos sonhos, bem como das diferentes 'apropriações' que o público leitor faz, é importante por possibilitar vários outros olhares, desnaturalizar

supostos papéis, mostrar histórias diversas, no espaço privado ou não — histórias que indicam o quanto nossas experiências são multifacetadas e permeadas pelo inusitado.

JANINE GOMES DA SILVA ■

A invisibilidade da violência de gênero

Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado

ALMEIDA, Suely Souza de

Rio de Janeiro: Revinter, 1997. 176 p

O termo *femicide* é utilizado internacionalmente para caracterizar a não-acidentalidade da morte violenta de mulheres. O livro *Femicídio* aproxima o leitor do fenômeno da violência de gênero de modo crítico e inteligente através da análise de processos-crime tramitados em varas criminais do Rio de Janeiro em 1996 e 1997. Trata-se de um tema complexo porque envolve dimensões da vida cotidiana, onde se imbricam três instituições que também encerram inúmeras polêmicas: a família, a polícia e o judiciário.

Femicídio aborda o limite do fenômeno da violência doméstica rotinizada, situação em que mulheres são assassinadas por seus cônjuges na relação conjugal ou terminam por assassiná-los. A violência de gênero, e especificamente a violência doméstica, são fenômenos sociais muitas vezes reduzidos, e até mesmo confundidos, com episódios de agressão no meio familiar. Trata-se de processos estruturados pelo concurso de relações sociais em que a classe social, o gênero e a raça-étnica disputam posições. Tal disputa tem na sociedade em geral, e no poder público em particular, aliados de peso, como o comprova Suely Souza de Almeida.

Resultado de dezenas de anos pesquisa sobre o tema da violência, *Femicídio* é bastante feliz ao abordar assunto tão árido. A autora tece um quadro teórico em que utiliza categorias como campo de forças, violência, poder e experiência, entre outras, empregando-as na área dos estudos de gênero. Este é o aspecto distintivo do *Femicídio*:

inserir dimensões teórico-práticas de um fenômeno social de modo competente e eficaz. Aliás, a utilização da categoria campo de forças revitaliza o debate acadêmico sobre gênero. Os depoimentos e as peças dos processos-crime são contextualizados através da análise de um complexo conjunto de relações sociais: vítima, agressor, homicida, policiais, defensores, promotores, jurados e juízes, protagonistas das atulidas relações — de resto, como todos os seres sociais —, têm suas trajetórias revisitadas nos episódios, o que permite não só a tematização pública da violência. Permite, mais do que isso, uma dolorosa constatação: a judicialização da violência de gênero também reduz esse fenômeno social a questões de âmbito familiar.

Ao contribuir para a (re)produção do antagonismo de gênero e, simultaneamente, ao serem nele engendrados, o direito e a Justiça acabam por retardar o combate efetivo à violência de gênero, doméstica e conjugal — em especial o combate ao femicídio. Apesar desses elementos absolutamente frustrantes, a autora anima o leitor ao assinalar que o campo de forças tem um caráter poroso, o que permite a construção de estratégias de resistência que amparam os sobreviventes da violência de gênero. A título de exemplo, oferece os casos do Quebec e da França, onde uma rede de apoio sólida garante às mulheres vítimas de violência condições concretas de sobrevivência. Outro trunfo do livro é justamente o paralelo entre as gestões públicas da violência no Brasil, na França e no Quebec. Sem pretensões de estudo comparativo, a autora devolve à sociedade brasileira o resultado de parte de seu doutoramento junto ao *Groupe d'Etudes sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail / Centre National de la Recherche Scientifique*, sob a forma de indicadores internacionais preciosos à análise, e conseqüentemente ao enfrentamento da violência de gênero. Deste modo, ela brinda o leitor com uma análise séria sobre uma política pública dirigida à mulher, na área da segurança,

transcorridos mais de dez anos da inauguração da primeira delegacia especializada de atendimento à mulher, em São Paulo. Ao trazer aqueles protagonistas para um campo de forças, a autora aborda a violência no embate entre múltiplas e simultâneas dimensões da produção e da reprodução da vida, em especial as concernentes ao entrejogo público x privado. A análise dessa tensa relação percebe as inúmeras e diferenciadas interconexões no campo, permitindo re-significar a violência doméstica como tortura cotidiana, política, o que valoriza explicações diferentes daquelas restritas às passionalidades de âmbito familiar.

Com o quadro teórico-metodológico urdi-do, Suely Almeida fornece elementos ao processo de desconstrução das figuras masculina e feminina segundo uma perspectiva cartesiana em que a oposição simples entre o homem e a mulher adquire centralidade.

O livro está dividido em quatro capítulos: nos três primeiros a autora problematiza os processos-crime face à interlocução com diversos autores da área das ciências humanas e sociais: Foucault, Thompson, Saffiotti, Combes, Haicault, Arendt, Bourdieu, Campbell, Makinnon, entre outros. No quarto capítulo, reconstitui o debate teórico através da interlocução com autores e estudiosos da

área de gênero, Scott, Gilligan, Pinto, Lauretis, Saffiotti, Cançado e Almeida, Chauí, Schor, Fraisse, Dhavernas-Levy, Oakley, Delphy, Walby e Connell, entre outros, revitalizando esse campo epistêmico e redimensionando os paradigmas do patriarcado e das relações de gênero.

Com base no debate com as tendências anglo-saxã e francesa, assim como sua apreensão no Brasil, a autora problematiza o sujeito engendrado através da tematização de questões caras às ciências sociais e em particular ao feminismo, tais como essencialismo, identidade, diferença, igualdade e desigualdade.

A leitura de *Femicídio* permite, sobretudo, desnaturalizar um fenômeno social, revitalizando sua dimensão política. Ao tocar na ferida, tornando visível o engendramento da judicialização dos crimes conjugais, a autora interfere no campo de forças em que a subordinação da mulher ainda é cultivada por setores hegemônicos da sociedade patriarcal, ensejando a seguinte reflexão: como rearticular forças no cotidiano, com vistas à superação da submissão de gênero, classe e raça/etnia?

LÍLIA GUIMARÃES POUGY ■

Gênero e ciências humanas na perspectiva das mulheres

Gênero e Ciências Humanas – desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres

AGUIAR, Neuma (org.)

Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998

A proposta de *Gênero e Ciências Humanas* é ambiciosa: uma discussão teórico-conceitual da produção de conhecimento em relação ao gênero, em várias áreas disciplinares. Será que podemos, após décadas de estudos e pesquisas sobre as mulheres, propor novos referenciais teóricos incluindo a perspectiva de gênero? Se podemos, quais são as propostas que, ao incluir o cam-

po das teorias feministas, contribuiriam para uma visão mais completa da sociedade, do indivíduo, dos grupos, do estado, do pensamento político de um modo geral? Como as teorias feministas serviriam a curva-mestre para se ter maior abrangência analítica no campo das Ciências Humanas?

As perguntas acima, presentes no livro, vão mais além: seria o feminismo uma ideologia política ou uma perspectiva crítica do conhecimento? Se é uma ideologia, o feminismo estaria dissociado do conhecimento científico? Tais questões, entre outras, fundamentam o debate sobre o lugar do feminismo na formação de nível superior, na consolidação e na institucionalização de um espaço acadêmico para o ensino e a pesquisa nas distintas áreas do conhecimento, sob a perspectiva do gênero. Tal perspectiva alteraria as correntes práticas do ensino, os respectivos conteúdos teóricos, chegando ao cerne da reflexão acadêmica. Uma proposta ousada e desafiado-

ra para o Brasil, não obstante o fato de alguns países terem transposto tais barreiras, já oferecendo cursos em que a dimensão do Gênero está incorporada aos currículos. Como bem aponta a organizadora do livro, Neuma Aguilar, os núcleos de estudos sobre mulheres, entre nós, não conseguiram modificar minimamente os currículos universitários de modo a incluir as diferenças do gênero na produção do conhecimento científico.

O livro firma a viabilidade dessa perspectiva de ensino, com seus artigos se referindo a diversas áreas — antropologia, literatura, história, psicanálise, economia, sociologia, pensamento político. Os ensaios criticam as teorias correntes e propõem reformulações conceituais e metodológicas. Mireya Suárez, da Universidade de Brasília, focaliza a tradição acadêmica na antropologia, discutindo o viés etnocêntrico e sexista que marca "as interpretações que os etnólogos fizeram entre os homens e as mulheres e os papéis sociais por eles desempenhados". Ela retoma Morgan, Lévi-Strauss, Cardoso de Oliveira, Saint-Simon, Dumont, Moore, Malinowski, Benedict e outros teóricos básicos da antropologia. Em cada um deles, analisa os problemas decorrentes da perspectiva do gênero, percebendo que ela não só ampliou a perspectiva do conhecimento fundado nas chamadas 'dicotomias essenciais', mas também propiciou a colocação de novos problemas e indagações que contribuíram para a 'desconstrução de idéias naturalizantes'.

Adriana Piccitelli, da Unicamp, enfrenta sua própria ambivalência diante do conceito de gênero e do modo como ele está sendo tratado na produção feminista contemporânea. Invocando Judith Shapiro, ela trabalha na distinção entre natureza e cultura, categorias que não conseguem resolver a questão do gênero de modo aceitável. Ao discutir o trabalho de Donna Haraway, que lança mão do conceito 'apparatus de produção corporal', ela discute como os corpos pensados como 'nós' semióticos, possibilitariam a superação dos problemas colocados pela categoria gênero. Em outros autores ela analisa a introdução da dimensão política na relação entre os sexos: ao se "realizar generalizações sobre a sociedade humana olhando apenas para diferenças reais entre as sociedades no seu aspecto universal, as mulheres são jogadas em uma esfera a-histórica, não sendo possível observar qualquer tipo de mudança". A incorporação das experiências femininas e a politização entre os sexos não foram suficientes para aprofundar os questionamentos presentes, pois os pressupostos fundamentais permaneceram intactos.

Adriana Pisticelli afirma, então: "é uma pena que autores notáveis como Haraway não se detinham nas diferenças que se produziram nas formulações orientadas sob a perspectiva do Gênero". Seu artigo é riquíssimo quanto às análises das categorias usadas, apontando avanços que seriam alcançados caso o gênero e outras categorias explicativas mais adequadas fossem utilizadas para explicar as diferenças nos estudos antropológicos.

Ana Maria Goldani abraça o exercício de pensar as consequências para a demografia caso fosse incorporada a perspectiva feminista. Pergunta-se também se esse não é um exercício desafiador para as ciências sociais como um todo. Trabalhando numa revisão das diferentes propostas feministas que vicejaram nas décadas de 60, 70 e 80, aplicando-as ao campo da demografia, ela afirma que o desafio maior para os demógrafos é que, ao incorporar a dimensão de gênero, eles teriam que expandir a abrangência das questões e dos dados produzidos para mais além do que têm feito os surveys individuais. Isso sendo feito, seriam muitas as consequências teóricas e metodológicas. Um ponto importante da análise de Goldani é a referência que ela faz ao trabalho 'If all we know about women was what we read in demography, what would we know?', de Susan Watkins, publicado pela revista *Demography* em 1993.

Segundo a referida autora, o/a leitor/a daquela revista especializada assumiria que as mulheres, mais do que os homens, tenderiam a mentir sobre suas idades e a não declarar corretamente seu status marital, sendo também muito menos comprometidas com seu trabalho. Além disto, os recortes de idade utilizados nas análises demográficas referem-se às mulheres de 15 a 45 anos, e a morte parcial é decretada com a menopausa. Na demografia, sendo o número de variáveis limitado, as generalizações são excessivas, escondendo questões de grande riqueza para a pesquisa sobre as reais relações entre homens e mulheres. O argumento final da autora, então, é que, se adotasse o conceito de gênero, o conhecimento demográfico permitiria analisar mais profundamente as organizações sociais, refletindo não apenas as diferenças físicas entre homens e mulheres.

Por sua vez, o ensaio de Constância Lima Duarte sobre o cânone literário e a autoria feminina levanta, inicialmente, a conhecida ausência das mulheres na produção literária, seja por estarem proibidas de escrever e de publicar, reprovada pelos familiares, seja pelas rígidas normas morais que inscreveriam seus papéis na esfera privada.

Significados do engajamento religioso feminino

Women, religion and social change in Brazil's popular church

DROGUS, Carol Ann

Notre Dame: University of Notre Dame Press,
1998. 226 p

Entre os sujeitos que representam a base e a liderança dos grupos leigos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as mulheres têm maior expressividade, tendo por isso merecido uma crescente atenção nas recentes literaturas sócio-antrópicas brasileira e latino-americana. O duplo caráter de marginalização, via classe e gênero, e as possibilidades abertas por esses grupos religiosos aos sujeitos marginalizados, têm estimulado os estudos à busca do entendimento da afinidade eletiva entre mulher e religiosidade no contexto social de pobreza.

Assim, a questão que parece mover Carol Drogus, professora associada do Hamilton College/ New York, para a pesquisa de campo no Brasil é a de como, com o advento da Teologia da Libertação, a religião se torna uma força para a mudança social na América Latina. Realçando a necessidade de se trabalhar a problemática numa perspectiva de gênero, dada sobretudo a força numérica das mulheres nas CEBs, seu objetivo maior é compreender como o gênero afeta a forma como as mensagens religiosas da Teologia da Libertação são recebidas e (re)apropriadas. A resposta a essa provocante questão é importante na medida em que ilumina a discussão atual sobre as mudanças na religiosidade e sobre os novos papéis das mulheres na religião e na sociedade em toda a América Latina. Além disso, e de forma mais geral, a análise ajuda a entender o potencial e as limitações inerentes ao projeto religioso de mudança política e social da Teologia da Libertação.

O trabalho, fruto de um estudo realizado num bairro de intensa força política das CEBs na zona Leste de São Paulo (São Miguel Paulista), em dois momentos (1986 e 1990), toma por base uma perspectiva essencialmente qualitativa, incluindo um intenso esforço de observação participante e a

realização de entrevistas aprofundadas com 30 mulheres engajadas no movimento. A partir desse traço metodológico, as vozes dos sujeitos se conectam à voz da pesquisadora, proporcionando maior riqueza ao trabalho, constituindo uma perspectiva dialógica.

Toda a argumentação se desenvolve a partir de duas importantes fontes teóricas: o pensamento feminista e estudos sociológicos de religião e política. As principais interrogações submetidas a investigação são: (1) 'o que a experiência liberacionista tem significado para as mulheres?', (2) 'qual o efeito da participação nas CEBs sobre suas crenças religiosas, atitudes políticas e comportamento?' e (3) 'como essa experiência tem ressignificado suas representações sobre família, relações de gênero, Igreja e sociedade?'.

Seguindo a trilha das questões, a autora estrutura o trabalho em seis partes que contemplam (1) a discussão sobre o vínculo entre mulher e Igreja popular na ótica dos estudos de enfoque feminista e na literatura produzida pela sociologia da religião e da política, (2) a formação da Igreja popular no Brasil e na área onde se realizou a pesquisa, (3) a caracterização socio-econômica e de gênero dos integrantes das CEBs, (4) a influência do gênero na interpretação da Teologia da Libertação, (5) as atitudes políticas e a mobilização social nas CEBs e, finalmente, (6) a relação entre a Teologia da Libertação e o processo de 'libertação' e 'empoderamento' das mulheres.

O ponto de partida da pesquisa empírica remete à busca de resposta para a questão do significado de ser pobre no Brasil. Nesse sentido, a pesquisa focaliza, primeiramente, a experiência cotidiana comum da pobreza para homens e mulheres. A partir daí, tenta ressaltar traços comuns entre os que integram as CEBs, bem como as diferenças entre estes e os demais membros da comunidade. Reconhecendo que o gênero é um fator importante na própria constituição das CEBs, procura responder a como se diferenciam as experiências masculinas e femininas da pobreza, e o quanto isso afeta as atividades religiosas e políticas. Reforçando inúmeros estudos já realizados no Brasil sobre CEBs, Carol Drogus argumenta que a definição de pobreza não deve ser estática. No caso das CEBs, a auto-definição de pobre está longe de corresponder ao mais alto nível de carência, ao favelado, ao miserável.

É na diferenciação entre as representações de ser pobre homem e pobre mulher que a autora aduz aspectos relevantes das esferas pública e privada. Segundo ela, nas áreas de periferia, a distinção entre público e privado está mais relacionada a normas culturais do que a práticas concretas. Na vida cotidiana desses grupos, público e privado não podem ser claramente marcados enquanto modelos de casa e rua, já que homens e mulheres circulam ininterruptamente entre os dois domínios. Mas a entrada da mulher na esfera pública não se dá de forma semelhante à do homem. Elas ainda têm a esfera privada como referência básica da constituição de suas identidades. Reconhecendo que a identidade e a socialização das mulheres se dão nesse domínio, há importantes diferenças nas formas como homens e mulheres interpretam o mundo. A criação de identidades de gênero distintas resulta em diferenciações nas experiências psicológicas, culturais, econômicas e políticas, o que representa implicações em suas atitudes e crenças religiosas. Com a constituição de suas identidades referendadas no espaço privado, as mulheres das CEBs se auto-definem como donas de casa, mães e esposas. O impeto para a participação nas CEBs aparece não pela recusa desses referentes, mas por sua adequação a uma nova identidade.

Seguindo a trilha dos estudos de gênero e religiões populares, onde se busca entrar a fundo nas implicações do gênero na vivência da prática religiosa dos sujeitos, o interesse de Carol Drogus volta-se para a polêmica: questão se, de fato, a predominância feminina nas CEBs representa a subversão de um projeto religioso progressista e sua transformação em um tipo de religiosidade mais conservadora, dado o padrão tradicional de pertencimento e vínculo religioso próprio às mulheres. A própria Carol Drogus não sabe se há resposta para a pergunta. Mas, buscando elementos que possam lançar luz sobre a questão, parte para um exame da própria vivência religiosa feminina. Em suma, reconhece que o comportamento religioso mostra-se como significativamente influenciado pelo gênero, mas a personalidade religiosa não. Assim, se é verdade que a minoria das mulheres é liberacionista, isso deve ser creditado menos a gênero do que a personalidade religiosa. Neste sentido, o argumento de que o gênero seria o responsável pela 'hostilidade' feminina à mensagem liberacionista não teria sentido. As conclusões da autora acompanham os resultados de outros estudos da área onde o realce está posto na variedade das formas de recepção da mensagem liberacionista, o que aponta limi-

tes da 'conversão' à Teologia da Libertação pelas mulheres das CEBs.

A partir desse argumento, Carol Drogus mostra que é apenas parcialmente correta a suposição de que o gênero representa um impacto conservador nos objetivos políticos das CEBs: apesar da reticência feminina para o envolvimento com a política partidária, os elementos de gênero contribuem para a explicação do sucesso dos movimentos sociais, pelo menos em termos locais. Tal sucesso pode ser atribuído à habilidade feminina em tomar parte nos movimentos mesmo sem um vínculo político forte ou definido. Valores da cultura de gênero como 'espírito materno', caridade e serviço à comunidade levam as mulheres ao engajamento nos movimentos sociais, não obstante sua heterogeneidade em termos de 'personalidade religiosa'. Se no nível local isso garante um sucesso, em termos mais amplos tal diversidade promove a impossibilidade da formação de uma coerência ideológica que para a autora, assumidamente engajada numa perspectiva feminista, é necessária à manutenção/reprodução do ativismo político.

Até aqui a análise recal sobre o papel das mulheres nas CEBs da Zona Leste de São Paulo, em suas experiências religiosas subjetivas. O recorte seguinte, então, pauta-se nos recursos que a igreja popular tem oferecido à mulher e no modo como as CEBs têm contribuído para sua emancipação e para uma consciência de gênero. Nesse momento do livro, a igreja é revelada como uma instituição social em constante transformação. No âmbito desse processo, a Igreja popular e as CEBs passam a oferecer, através de atitudes como a descentralização da autoridade, um potencial de mudança no campo da consciência política, o que, como consequência, leva as mulheres a repensar suas condições de classe e gênero.

Carol Drogus adverte, entretanto, que o objetivo primeiro das CEBs não é a transformação do patriarcado. Sua missão é religiosa e, em segundo lugar, política. As mulheres que aderem ao movimento fazem-no segundo um vínculo religioso e não a partir de uma perspectiva feminista. Esta é, sem dúvida, uma das partes mais interessantes do livro. Exatamente porque focaliza o caráter ambíguo das CEBs em relação às mulheres: se por um lado as CEBs continuam discriminando as mulheres em alguns sentidos, e não adotando uma agenda de perspectiva feminista (por exemplo, a luta pelo aborto), por outro lado elas encorajam as mulheres a quebrar antigos papéis, na medida em que reforça um sentido de cidadania.

Em termos concretos, Drogus sugere que

aquelas já habituais às viajantes, o que corresponderia a uma visão interna da condição feminina.

Na realidade, porém, os escassos cinco livros de viagens produzidos por mulheres que Miriam Moreira Leite conseguiu localizar para a primeira metade do século XIX não apresentam peculiaridades significativas com relação à abordagem desses temas. Não foram encontradas reflexões que conscientemente enfocassem a condição social das mulheres da sociedade visitada ou as limitações e dificuldades das próprias viajantes. No entanto a vida aventurosa dessas mulheres, viajantes e escritoras, que se dispunham a enfrentar o alto mar em veleiros precários, expostas ao ataque de piratas, além do enorme desconforto dos ermos territórios tropicais percorridos pelos maridos, ofereciam subsídios valiosos para a compreensão da história das mulheres no período.

No capítulo 'A dupla documentação sobre mulheres nos livros de viajantes (1800-1850)', a autora apresenta dados originais e analisa a biografia de autoras viajantes como Rose de Freycinet (1817-1820), Maria Graham (1821-1824), Langlet Dufresnoy (1837-1839), Baronesa de Langsdorff (1824-1843) e Ida Pfleiffer (1846), recontando as aventuras e dificuldades por elas vividas e apresentando passagens preciosas de seus escritos, praticamente desconhecidos.

Rose de Freycinet, por exemplo, participou, aos 23 anos, como esposa do capitão do navio *Uranie*, da circunavegação da terra, realizada entre 1817 e 1820. Ela partiu "sem avisar a família, nas trevas da noite, após cortar os cabelos e vestir-se de marinheiro". No decorrer da viagem, isolada e angustiada por um sem número de dificuldades, Rose, a pedido da prima, redigiu um diário, que foi publicado apenas em 1927, 95 anos depois de sua morte, sob o título *Journal de Madame Rose de Saulces du Freycinet d'après le manuscrit original accompagné de notes par Charles Duplomb*. No diário estão registradas cenas vividas pela autora nos seis meses em que permaneceu no Brasil, com observações sobre a vida social e familiar do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX, tais como:

Uma nobre portuguesa, que acabara de aceitar os serviços de uma criada francesa, quase a despediu porque esta lhe apresentou uma salva para lavar as mãos. Indignada, disse-lhe que uma pessoa de sua qualidade nunca precisava lavar as mãos, porque jamais tocava em coisas impuras e que lavar as mãos era [um gesto] para o povo e para os criados!

Outra viajante enfocada por Miriam Moreira

Leite, e cuja trajetória pessoal fugia aos padrões femininos da época, é Ida Pfleiffer, que aventureu-se nas viagens já aos 47 anos, viúva, percorrendo a terra duas vezes consecutivas, por puro gosto pelas viagens e 'só, por si mesma', como ela própria afirmou em *Voyage d'une femme autour du monde*, livro publicado na França em 1858. No entanto, Ida Pfleiffer não integrou a audácia de sua vida pessoal aos seus escritos. Observando as diferenças entre a educação e a inteligência de brancos e negros, e a superioridade numérica dos últimos no Rio de Janeiro, declarou: "a mulher não tem suficiente capacidade para julgar estas questões: não estão ao seu alcance".

Conforme percebe Miriam Moreira Leite, o gênero e a condição social das autoras condicionavam seus escritos e limitavam o alcance de suas observações. Essa situação, porém, não é exclusividade da literatura de viagem escrita por mulheres, como a própria autora também percebe, apontando para as dificuldades vividas por todos os estrangeiros ao descrever a realidade da sociedade colonial e escravista brasileira. Uma das dificuldades mais c tortuadoras era a descrição das condições jurídicas dos tipos sociais, junto com seu cruzamento com linhas de cor e categorias sociais. Nota a autora, por exemplo, que a maior parte das informações fixadas como características da mulher brasileira provinha de uma observação que tornava todas as brancas como ricas e todas as negras como escravas, eludindo assim a numerosa camada social de mulheres livres pobres, composta por brancas, mulatas, negras e caboclas.

Além disso, como demonstra Miriam Moreira Leite no capítulo 'Grupos de Convívio no Rio de Janeiro (século XIX)', grande parte dos viajantes, homens ou mulheres, apresenta muitas observações acríticas ou errôneas a respeito da vida cotidiana das famílias brasileiras. A autora ressalta, por exemplo que subsiste nessa literatura a extrema dificuldade por parte dos autores de diagnosticar os brasileiros no conjunto da população. Assim, nas primeiras décadas do século XIX, na categoria de brasileiros estão incluídos muiatos, crioulos e até ciganos. Já na segunda metade do século, brasileiros podem ser os brancos que falam português. Mais uma vez, os negros são sempre identificados com os escravos e considerados de categoria social inferior à dos brancos, mesmo no exercício da prostituição.

Da mesma forma, a autora chama atenção para o fato de que na grande maioria dos livros de viagem, tanto de homens quanto de mulheres, aparecem repetidas afirmações sobre a re-

clusão, a indolência e a preguiça da mulher branca de classe alta. A realidade da escravidão e da degradação social do trabalho manual, e o caráter 'desclassificado' do mundo da rua, no qual a mulher só podia circular livremente se fosse pobre (livre ou escrava), foram fatos sociais que, embora conhecidos por todos os viajantes, parecem ter sido pouco considerados no julgamento da vida da mulher, o que contribuiu para a fixação de preconceitos sobre as mulheres brancas das camadas proprietárias. São constantes as afirmações relativas ao total ócio da mulher branca, carecendo os viajantes, quase todos, da capacidade de penetrar na vida das famílias brancas do século XIX, nas quais a dona de casa, senhora de escravos e escravas, desempenhava papel fundamental na organização dos complexos e penosos trabalhos domésticos, voltados para reprodução do grupo familiar e complementação da renda. A constatação de tais equívocos e a recuperação de uma realidade mais complexa a respeito da vida das mulheres brancas, pretensamente reclusas e ociosas², é reafirmada por Miriam Moreira Leite.

Nesse universo de mal-entendidos, a autora chama atenção para as observações árgutas de Mme. Adèle Toussaint-Samson que em sua passagem pelo Rio de Janeiro, em 1843, percebeu a faina diária das senhoras de escravos, registrando-a em *Viagem de uma pariziana ao Brasil: estudo e crítica dos costumes brasileiros*. O texto não deixa dúvida sobre o caráter economicamente ativo da mulher das camadas proprietárias, que desempenhava toda uma gama de afazeres, embora sempre na intimidade do lar, fora do alcance das vistas do público, frente ao qual convinha manter a pose de ociosidade:

A brasileira (...) põe o maior empecilho em não ser vista nunca em ocupação qualquer. Entretanto quem for admitido à intimidade, achá-la-á pela manhã de tamancos, sem meias, com um penteador de caça por vestido, presidiendo a fabricação de doces, cocadas, arrumando-os em tabuleiros de pretos e pretas (...). Logo que estes saem, as senhoras dão tarefas às mulatas (...). Fazem ainda lençóis e guardanapos de ponto criado, que mandam também a vender.

Miriam Moreira Leite chama a atenção para muitos outros equívocos e preconceitos das/os viajantes que, deslocando costumes e mazelas sociais observados no meio social visitado, supunham-nos apanágio de uma sociedade dos trópicos, frutos do atraso e da aversão dos coloniais aos costumes civilizados dos europeus; elas/es não

percebiam, porém, que muitos dos hábitos e costumes considerados bárbaros e Incivilizados no meio social visitado eram comuns à sua sociedade de origem. As/os viajantes europeus fizeram, por exemplo, constantes alusões ao costume atrasado do casamento arranjado vigente nas famílias brasileiras de alta classe, fechando os olhos para a raridade do casamento por amor na Europa da primeira metade do século XIX.

Porém, um dos equívocos mais importantes, apontado e desfeito por Miriam Moreira Leite, aparece no capítulo 'O óbvio e o contraditório da roda dos expostos'. A autora analisa os escritos de diferentes viajantes que, ao visitarem o Rio de Janeiro, se detiveram sobre a roda dos expostos e a realidade social do abandono, a alta mortalidade e a doação de crianças. Aqui, a autora chama atenção para as dificuldades inerentes ao cuidado com as crianças no século XIX, obviamente intensificadas pela realidade da escravidão. No entanto, sublinha-se também o cuidado que o leitor desses temas deve tomar para evitar uma perspectiva anacrônica quando se considera um tema tão delicado à sensibilidade atual. Miriam Moreira Leite demonstra que a questão do abandono infantil aparece reiteradamente vinculada à imoralidade e à insensibilidade de uma sociedade avessa à civilização. No entanto ela demonstra que países como a França, a Itália e a Bélgica, dos quais provinham muitos dos viajantes escandalizados com a realidade brasileira, apresentavam condições sanitárias e sociais similares à nossas.

Estas e outras constatações, que Miriam Moreira Leite apresenta por meio de uma análise sistemática da literatura de viagem a respeito do Brasil no século XIX, tornam seu livro um importante instrumento de trabalho para todos os interessados numa leitura crítica da literatura de viagem e para sua utilização como fonte da história social das mulheres e da família.

¹ Neste capítulo a autora se vale dos dados colhidos em *A Mulher no Rio de Janeiro: um índice de referências em livros estrangeiros*, de 1982, e *A Condicão Feminina no Século XIX no Rio de Janeiro: Antologia de textos de viajantes estrangeiros*, de 1984.

² Como fez Maria Odila Leite da Silva Dias, em *Quotidiano e Poder* em São Paulo do século XIX, de 1984.

Um mapa estratégico de ciência e gênero

Is science multi-cultural? Postcolonialisms, feminisms, and epistemologies

HARDING, Sandra

Bloomington e Indianapolis: Indiana University
Press, 1998

Em seu mais recente livro, Sandra Harding reafirma, atualiza e expande a abrangência das proposições que ela vem consolidando, ao longo dos últimos quinze anos, em uma extensa produção que inclui sete livros (como autora ou organizadora) e uma infinidade de artigos publicados em livros e revistas vinculadas a um amplo e diversificado espectro disciplinar e temático.

Desde que publicou, em 1986, *A questão da ciência para o feminismo*¹, essa autora converteu-se numa das mais significativas referências entre as/os inúmeras/os estudiosas/os (em acordo ou desacordo) que, especialmente nos EUA e na Europa, se interessam pelos vieses de gênero que atravessaram e atravessam a produção do conhecimento em diversas áreas disciplinares, integradas no conjunto de atividades humanas que denominamos ciências.

No Brasil, até onde conheço, dispomos da tradução de apenas um dos artigos de Sandra Harding, publicada nesta mesma revista há quase seis anos². Considerando que temos guardado, neste país, bastante distância de todo esse campo multidisciplinar — geralmente referido como 'feminismo e ciência' ou como 'estudos feministas das ciências' —, a resenha desse livro requer breve contextualização.

Essa vasta literatura acadêmica, desde os anos 70, vem destacando o caráter social, histórico e político das idéias produzidas no imbricamento natureza-cultura por praticantes das ciências naturais, especialmente na área das ciências biológicas. Os estudos evidenciam as inúmeras maneiras pelas quais, nessa área de conhecimento, muitas idéias culturais aparecerem mascaradas de fatos científicos.

Tais estudos resultaram em diversificados questionamentos, queixas, acusações, mas também achados de pesquisa e formulações teóri-

cas, que compõem uma vasta bibliografia crítica do conhecimento produzido na área das ciências sociais e biológicas, cuja tônica é a impossibilidade de as ciências naturais produzirem conhecimento livre dos valores culturais e dos vieses políticos vigentes no contexto em que vivem os próprios cientistas. Com isso, os mesmos estudos ressaltaram os conteúdos valorativos que impregnam a produção da ciência moderna e que dão origem às imagens e significados atribuídos ao corpo feminino e ao masculino (fisiologia, conformação, genética), à evolução humana (e de outros primatas), à diferença entre os sexos e aos comportamentos humanos. Perfilaram-se assim contra os pressupostos de objetividade, neutralidade, transparência, verdade e universalidade que sustentam o método científico empregado pelas ciências sociais e naturais.

Esse campo de estudos, em grande parte inserido no âmbito dos estudos de gênero, especialmente em universidades americanas e inglesas, firmou-se tanto do ponto de vista institucional — com o reconhecimento dessa produção acadêmica e sua integração na academia, em currículos, postos, cargos e publicações periódicas — quanto do ponto de vista teórico, em estudos transdisciplinares que integram antropologia, filosofia, história, sociologia, ciência política e biologia, além de saberes institucionalizados fora da academia, como a psicanálise³.

Os quase trinta anos dessa produção acadêmica resultaram em um rico mosaico de interpretações diversificadas, complementares e muitas vezes antagônicas, que constituem abordagens de gênero sobre: (1) história das mulheres nas ciências e história da produção científica feminina; (2) a maneira como as prioridades de estudo são definidas; (3) a exclusão das mulheres como produtoras de conhecimento e como objeto de estudo; (4) estereótipos presentes na linguagem científica; (5) os critérios que determinam tanto o que deve ser explicado pela ciência quanto o que conta como evidência científica; (6) a dinâmica do que é considerado científico em diferentes épocas e as implicações de gênero para esse processo; e ainda (7) as decorrências das preferências epistemológicas adotadas.

Desde sempre Sandra Harding propôs grandes discussões epistemológicas, procurando dialogar com a literatura feminista sobre ciência, sem nunca deixar de enfatizar as qualidades das dife-

rentes abordagens teóricas e, também, sem abrir mão de propor as estratégias conceituais e as epistemologias que considera mais adequadas para o projeto feminista.

À primeira vista, uma das novidades do livro situa-se na explícita referência, logo no prefácio, ao débito da autora para com as contribuições de estudiosos de outro campo, o dos estudos *sociais da ciência* (que ela prefere chamar de pós-kuhnianos), composto por autores como Barry Barnes, David Bloor e, o mais conhecido no Brasil, Bruno Latour. Esse aspecto merece nossa atenção justamente porque o diálogo das feministas com esse grupo tem sido escasso e muitas vezes só pode ser identificado numa agenda oculta que se manifesta em entrelinhas ou em proposições conceituais como a da objetividade forte, proposta por Harding há mais de dez anos⁴.

Ao longo dos onze capítulos do livro, os esforços se concentram na tentativa de construir um mapa estratégico (não o mapa definitivo) que abra espaços para o diálogo e a reflexão entre dois frutíferos projetos que tiveram início na década de 70: de um lado, o da epistemologia feminista/estudos da ciência e, de outro, os estudos pós-coloniais de ciência e tecnologia, operando a partir da teoria da perspectiva (*standpoint*) feminista e pós-colonial. Um primeiro significado apresentado para ambos indica que pós-colonial não é uma categoria geográfica, nacional, racial, biológica, nem feminista.

Os quatro primeiros capítulos do livro são dedicados à discussão das contribuições dos estudos pós-coloniais; segundo a autora, as vertentes dos estudos da ciência que ignoram os efeitos da expansão colonial europeia sobre a emergência da ciência moderna persistem em situar as fontes do crescimento da ciência-e-tecnologia europeia (que a autora distingue de ciência) exclusivamente na Europa, ignorando ou negligenciando o fato de que importantes setores da pesquisa científica europeia se organizaram fundamentalmente a serviço do estabelecimento e da manutenção do colonialismo e da escravidão, ao mesmo tempo em que idéias científicas e tecnológicas locais, sobre navegação, cartografia, desenvolvimento agrícola, farmacologia e outros meios de lidar com o ambiente local, foram emprestados de não-europeus e incorporados aos projetos europeus — muitas vezes utilizados contra os interesses locais.

Essa abordagem, adotando a perspectiva dos não-europeus, vem permitindo expandir o mapa geográfico e histórico convencionalmente adotado pelos estudos das ciências nas últimas três décadas, revelando importantes faces da

moderna tradição científica: esta não é monolítica, tendo utilizado diferentes métodos e estilos de racionalidade que tiveram, por sua vez, consequências epistemológicas tão relevantes quanto as práticas de laboratório.

No quinto capítulo, sugestivamente intitulado 'Culturas como caixas de ferramentas para as ciências e tecnologias', a autora amarra a discussão a partir de farta ilustração dos capítulos anteriores para enfatizar: (1) os poderosos efeitos mútuos produzidos entre a expansão européia e os padrões de conhecimento e ignorância adotados pela ciência moderna, ao tomar o mundo como seu laboratório; e (2) a demonstração de que a perspectiva do outsider traz poderosos recursos que permitem ciências mais precisas no entendimento de seus próprios processos.

A seguir somam-se três capítulos dedicados às teorias feministas, sinalizando desde logo que o feminismo nunca pretendeu ser um bloco monolítico; que ele, ao contrário, tem sido a contínua expansão de diferentes localidades históricas, políticas e culturais, a partir da qual se expressa. Dentre essas expressões, a autora destaca as abordagens da perspectiva feminista (*feminist standpoint approaches*), que utiliza os recursos da localização social particular das mulheres para maximizar o entendimento objetivo das proposições sexistas e androcêntricas que conformam as instituições dominantes, suas estruturas conceituais, culturais e práticas. Defensora incondicional da teoria do *standpoint*, Sandra Harding identifica nos estudos pós-coloniais um importante recurso para expandir a estrutura conceitual das análises feministas de ciência e tecnologia e favorecer o diálogo destas com os estudos pós-kuhnianos e com os próprios estudos pós-coloniais de ciência e tecnologia.

Cabe atentar para ressalvas importantes que a autora constrói em suas proposições. *Standpoint* tem sido traduzido para o português como 'perspectiva', mas a autora sublinha que não se trata meramente de perspectiva ou de ponto de vista, pois implica tanto ciência como luta política. Um *standpoint* é uma posição objetiva em relações sociais, articulada por meio de uma teoria ou discurso. No entanto, tal posição não é naturalmente constituída, no sentido de que homens e indivíduos europeus, por exemplo, podem adotar, respectivamente, a perspectiva das mulheres e dos colonizados.

A partir daí, um longo capítulo é dedicado a responder afirmativamente à pergunta: existem perspectivas de gênero sobre a natureza? Até onde meu conhecimento alcança, aí está a mais elaborada, articulada e ilustrada defesa de Sandra Harding à abordagem teórica de sua preferência.

Vale a pena, até mesmo para aquelas/es que não compartilham (com muito razão!) do entusiasmo da autora por essa proposta.

O argumento inicia-se com base na idéia, já consagrada, de que mulheres e homens na mesma cultura se situam em diferentes localizações 'geográficas'; as mulheres desempenham atividades (culturalmente atribuídas) distintas das dos homens, apresentam diferentes interesses e recursos discursivos e, portanto, diferentes maneiras de organizar a produção de conhecimentos e de se relacionar com o mundo ao seu redor, o que configura diferentes culturas de gênero.

No caso das culturas de gênero, assim como no dos povos colonizados, não se trata de mera diferença entre culturas: existe ainda a hierarquia entre os dois grupos gerando desvantagem política que, para a teoria da perspectiva (desde sua origem marxista), pode ser transformada em vantagem analítica. Com base nesse entendimento, as ciências que não utilizam, nem ajudam a desenvolver, tais perspectivas estariam impossibilitadas de desenvolver observações e apresentar explicações mais acuradas e abrangentes sobre a natureza. Talvez essa falha (deixar de usar os recursos pós-coloniais e feministas) seja a explicação para o fato de que os estudos pós-kuhnianos, por mais valiosos que sejam, não tenham detectado as pressuposições etnocêntricas e androcêntricas de suas pesquisas.

Tudo isso para desembocar na outra defesa importante: a questão da objetividade. Abrir mão das crenças prevalentes sobre neutralidade, constatar que a objetividade das ciências é fraca, requer, então, rejeitar completamente a epistemologia da ciência moderna? Sandra Harding constrói essa pergunta justamente para

afirmar que a resposta é um sonoro não. A noção de objetividade pode ser separada das exigências de neutralidade que têm bloqueado o avanço do conhecimento a respeito de uma importante gama de casos.

Assim, as abordagens da teoria da perspectiva fornecem um mapa, um método para maximizar a 'objetividade forte' nas ciências naturais e sociais.

Embora Sandra Harding reconheça a contribuição dos estudos sociais da ciência, recorrendo mesmo a diversas contribuições de autores identificados com essa corrente, sua defesa das teorias do ponto de vista e suas conclusões tão apegadas à importância da objetividade acabam por afastá-la daqueles para quem as obsessões com 'corte epistemológico' e com a própria objetividade são irrelevantes — justamente porque eles duvidam de que os próprios cientistas estejam, de fato, preocupados com tais questões.

1 *The Science Question In Feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

2 Sandra Harding. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, v.1, n.1. Rio de Janeiro, 1993, p.7-32.

3 Para citar apenas as autoras cuja produção constitui referência obrigatória: Emily Martin, Linda Schiebinger, Anne Fausto-Sterling, Evelyn Fox-Keller, Helen Longino e Donna Haraway.

4 Concededora das duas correntes, Maria Margaret Lopes faz instigante discussão em seu artigo 'Aventureiras' nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil'. *Cadernos Pagu*, n.10. Campinas: Unicamp, 1998, p. 345-68.

MARIA TERESA CITELI ■

Entre resistir e identificar-se: cinco brasileiras em debate

Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática narrativa brasileira de autoria feminina.

SHARPE, Peggy (org.)

Florianópolis: Mulheres / Golânia: UFG, 1997.
200 p

Entre resistir e identificar-se nasce a partir da constatação de que existe uma carência considerável de teoria para explicar o desenvolvimento da literatura de mulheres no Brasil. Assim, sua proposta central é explorar e questionar os limites atuais do debate crítico sobre a narrativa brasileira contemporânea de autoria feminina.

Além de Clarice Lispector, a autora mais traduzida na Europa e nas Américas, existe hoje uma comunidade de escritoras brasileiras cuja

obra vem sendo cada vez mais reconhecida nacional e internacionalmente. Cinco dessas escritoras estão presentes no livro: Marina Colasanti, Helena Parente Cunha, Lya Luft, Nélida Piñon e Lygia Fagundes Telles, as duas últimas membros da Academia Brasileira de Letras, sendo Nélida a primeira mulher a presidir a instituição.

Em março de 1996, a Universidade de Illinois promoveu um encontro dessas escritoras com sete estudiosos, tradutores e professores de literatura de língua portuguesa. Durante três dias de discussões acaloradas, as escritoras trataram do problema da literatura de autoria feminina do ponto de vista de sua própria prática. Os estudiosos tentaram construir uma abordagem teórica que pudesse servir para melhorar a leitura da narrativa de autoria feminina brasileira do século XX. *Entre resistir e identificar-se* é fruto desse rico e intenso debate.

No primeiro artigo, 'Ambigüidade e Gênero: estabelecendo a diferença entre ficção escrita por mulheres no Brasil e na América Espanhola', Earl E. Fitz, examina algumas das questões crítico-pedagógicas concernentes ao estudo, ao ensino e à tradução da narrativa de mulheres brasileiras na América do Norte. Para Fitz, as escritoras brasileiras, em sua singularidade, estão transformando a face da literatura latino-americana contemporânea. "De fato, não é exagero dizer que elas estão ajudando a transformar a arte de escrever. Ao introduzir inovações estilísticas, estruturais, temáticas, e de voz, as escritoras brasileiras estão conquistando um espaço na literatura internacional, garantindo sucesso de público e de crítica no mundo inteiro". O autor acredita que Machado de Assis, ao criar personagens femininos complexos e mostrar uma nova maneira de escrever que rompe com os estereótipos e subverte mitos culturais, contribuiu enormemente para o estabelecimento de um clima criativo, crítico e intelectual do qual as escritoras brasileiras emergem. Para ele, existe uma tradição de inovação e experimentação que liga a narrativa de Machado de Assis, com suas sutis mas poderosas interrogações sobre a condição e as sexualidades femininas, e a New Novel dos anos 60, um gênero ressaltado pelas escritoras brasileiras. A narrativa da América espanhola não possui um escritor que retrate as mulheres como o faz Machado de Assis, e esta diferença, acredita Fitz, é crucial para se compreender não somente por que as duas tradições narrativas se desenvolveram da forma como se desenvolveram, mas também para se perceber o lugar ocupado pelas mulheres como personagens e como escritoras.

Em seguida, Marina Colasanti, em 'Por que nos perguntam se existimos', reflete sobre um

infundável debate: existe (ou não) uma escrita feminina? Existe uma literatura feminina?

Há anos, em todos os níveis, estamos respondendo, com a melhor das intenções. Mas, embora clara e justa, a resposta tem se demonstrado ineficiente. Não consegue eliminar a pergunta. Não consegue sequer modificá-la. Apesar de tudo o que já dissemos, continuam questionando nosso fazer literário exatamente da mesma maneira, com a mesma insistência, com idênticas palavras. Como se nada tivéssemos dito. Então, depois de tanto responder, chegou a uma convicção: o erro não está na resposta. Que pergunta é essa afinal?

A autora revela o preconceito por trás desta pergunta e analisa a posição da mulher como trabalhadora, como leitora e principalmente como escritora, para concluir que quando, diante do computador, busca a essência profunda do homem e da mulher, o que sente intensamente é que procura a sua mais profunda essência. "E que essa é, antes de mais nada, uma essência de mulher".

O artigo de Peggy Sharpe, 'Imagens e poder: construindo a obra de Marina Colasanti', discute a ausência de mulheres na literatura e a imagem da escritora marginalizada, obrigada a conformar as especificidades de seu gênero aos parâmetros do discurso nacional hegemônico, segundo o qual interesses temáticos femininos seriam de importância secundária para a nação. A história literária tradicional relegou os textos de autoria feminina à escrita pessoal e autobiográfica. Ao explorar a relação entre identidade cultural e de gênero, as crônicas e ensaios de Marina Colasanti se ajustam à tradição de mulheres escritoras que empregam o autobiográfico e o subjetivo como significantes de uma nova linguagem. Durante quase vinte anos como redatora da revista *Nova*, Marina Colasanti se apropriou da crônica e do ensaio pessoal como instrumento para se comunicar com mulheres a respeito de mulheres. Essa experiência a tornou, nas palavras de Peggy Sharpe, uma escritora 'feminista praticante'.

Lygia Fagundes Telles, em 'A mulher escritora e o feminismo no Brasil', faz uma análise da produção literária feminina em um contexto de libertação da servidão, em que a mulher brasileira teve que enfrentar preconceitos e desafiar a tradição. Quando as mulheres do mundo já se comunicavam, através, por exemplo, das cartas, a mulher brasileira estava aprisionada em casa, vivendo a vida das senhoras das fazendas, sem saber ler e escrever. Para a autora, a ficção feita por mulheres tem suas características próprias, é mais intimista, mais confessional: a mulher ao se revelar

escolhe um estilo de mergulho em si mesma aparentemente narcisista, porque precisa falar de si própria e de suas descobertas.

Em 'Consciência feminista/identidade feminina: relações entre mulheres na obra de Lygia Fagundes Telles', Cristina Ferreira-Pinto, analisa a relação entre a literatura feminina no Brasil e uma consciência feminista, concluindo que a obra de ficção de nossas escritoras tem sido um instrumento importante para a criação de uma consciência feminista junto a suas leitoras, ainda que repudie o feminismo como rótulo. Ao criar pequenas comunidades femininas, famílias centradas na figura da mulher e em que predominam as relações entre as mulheres, Lygia Fagundes Telles preenche um dos requisitos necessários ao desenvolvimento de uma consciência feminista: a criação de 'espaços de mulheres', espaços de grande importância para a formação do sujeito feminino que busca construir uma identidade em seus próprios termos, independentes do homem.

Nélida Piñon discute o complexo processo de criação do escritor, seus desejos e temores ao enfrentar os obstáculos da aliança entre invenção e memória em 'O gesto da criação: sombras e luzes'. Revela a natureza de sua relação com a escrita, desde a mais remota infância até hoje, refugiando-se 'nessa espécie de sagrado que habita o cotidiano da arte'.

Em 'Nélida Piñon: a questão da história em sua obra', Naomi Hoki Moniz, revela que a riquíssima obra dessa escritora, desde seus primeiros textos subversivos, antecipa as grandes questões teóricas do estruturalismo, do pós-modernismo e particularmente do feminismo. Em um percurso literário de três décadas, Nélida Piñon celebra, incansavelmente, a fertilidade da imaginação feminina e reitera a importância do papel da fantasia em nossas vidas.

Helena Parente Cunha, em 'A mulher partida: a busca do verdadeiro rosto na miragem dos espelhos', analisa sua narrativa como um instrumento teórico e crítico do ponto de vista feminista. Sua obra reflete os conflitos de mulheres que tomam consciência do abuso do poder e questionam a condição de desigualdade a que estavam submetidas. "Parte significativa da minha produção narrativa se organiza em cima e a partir de uma incontida perplexidade e revolta ante o absurdo dos papéis vividos pelas mulheres que eu vi, desde minha infância e adolescência, nos anos 30 e 40, na Bahia e em vários outros lugares, mesmo ainda hoje".

Em 'Espaçamento como registro cultural na obra de Helena Parente Cunha', Marla José

Somerlate Barbosa, discute o posicionamento feminista da obra da escritora utilizando conceitos teóricos desenvolvidos por Jacques Derrida e Mikhail Bakhtin.

Lya Luft, em 'Masculino e feminino: um possível reencontro', busca pensar porque sua obra é considerada como uma 'literatura que fala de mulheres'. Em um dos mais belos artigos deste livro, reflete sobre os desejos e frustrações de homens e mulheres que querem tanto se encontrar e, muitas vezes, não conseguem, porque não têm a coragem de se revelar como realmente são.

Uma sociedade narcisista cobra preços extraordinários a quem não consegue escapar de seus chavões: é preciso ser boa profissional e também uma linda mulher, batalhadora sem ser agressiva, discreta, até impessoal — mas também elegante, companheira, porém intrometida jamais, brilhante e se possível também um pouco burra. 'Não fique o dia todo lendo, quando crescer você não vai arrumar marido, os homens detestam mulheres inteligentes', ouvi dezenas de vezes quando criança. (...) Em minha literatura eu falo, também, de homens triturados por deveres: ser firme e forte; ser um sucesso, prover, prever, não fraquejar, depois aposentar-se e mesmo assim não parar, nunca parar porque existe uma caricatura de pijama e chinelo que os atiça para que não deixem de ser atuantes, seja lá em que atividade for. Escrevo muito sobre a solidão dos homens — que é também a solidão das mulheres.

Em 'Mutatis Mundis: a evolução da obra de Lya Luft', Susan Quinlan, analisa a obra da escritora e sua maestria em ilustrar os conflitos que afetam as mulheres brasileiras, mulheres que levam vida dupla, marginalizadas dentro da sociedade e marginalizadas de si mesmas.

Os personagens de Lya Luft são particularmente adequados às interpretações feministas, conforme os tecidos psicológicos, morais e sociais que suas experiências enfatizam. (...) Seus protagonistas descobrem que não são capazes de se integrarem dentro da classe média existente e, assim, começam a redefinir a sociedade brasileira (...). Os romances de Luft são explorações da natureza das mulheres em geral, e delineiam ideologias e certas características femininas que são especificamente brasileiras.

Com 'Gênero e tradução: uma meditação em três encontros', Ronald Sousa, finaliza o livro levantando alguns problemas específicos de linguagem e gênero inerentes à tradução de narrativas de autoria feminina.

O livro é uma oportunidade única de encontrar, lado a lado, cinco das autoras brasileiras mais

importantes de nosso século, e alguns dos especialistas em suas obras. Os problemas colocados nesse intenso diálogo contribuem enormemente para a discussão sobre questões de gênero, sobre o processo de formação de identidade e sua

complexa relação com a linguagem ou com a cultura que gerou essa tradição de narrativa feminina que vem, cada vez mais, seduzindo leitores de todo o mundo.

MIRIAN GOLDENBERG ■

Escritoras brasileiras do século XIX

Escritoras brasileiras do século XIX

MUZART, Zahidé Lupinacci (org.)

Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul:
UNISC, 1999

Em 1999, mil páginas chegam literalmente pelas mãos de Zahidé Muzart às nossas mãos, no volume *Escritoras Brasileiras do Século XIX*, uma belíssima e primorosa edição da Editora Universidade de Santa Cruz do Sul e da Editora Mulheres¹. Nele, a força de trabalho direta, manual e intelectual, de sessenta e oito mulheres, incluindo nessa empreitada desde a planejadora, a organizadora, as editoras, as escritoras, as pesquisadoras, a prefaciadora: mulheres amarrando as pontas de dois séculos, integrando norte, sul, leste, oeste, as Américas. Somam-se a essas, mais uma dezena nos agradecimentos, que vão desde a funcionários da livraria do Campus a outras pesquisadoras ou precursoras...

Escritoras Brasileiras do Século XIX é, em síntese, não somente o resultado de uma pesquisa integrada, financiada, mas uma demonstração de um trabalho de equipe e de uma sinfonia ou sintonia de múltiplas vozes em um tempo datado: escritoras brasileiras do século XIX, pesquisadoras brasileiras do século XX, literatura brasileira para o século XXI, que possibilitam reavaliar nossa história cultural.

O livro é centrado nas escritoras, no fato de serem brasileiras, e em um tempo específico, porque significativo. Comecemos pelo *brasileiras* e por sua relação com o conceito norteador do século XIX. O conceito de nação está intrinsecamente ligado à escritura. Até porque não existe, a priori, uma definição de nação. Citemos alguns clássicos e o que dizem: "Não há um meio 'científico' de estabelecer o que todas as nações têm em comum."² Nação é "qualquer corpo de pessoas

suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma nação"³. Ou "o nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele inventa nações onde elas não existem"⁴.

Preferimos ficar com a concepção de que nação é escritura; o conceito alimenta-se de textos. Na base da formação da consciência nacional está o texto impresso; foi através dele que ela pôde existir. Logo, nada pode ser ignorado. Neste ponto em que chegamos, para reforçar a idéia de uma nova leitura da história literária do século XIX, descobrimos que o século XX passou sem termos solucionado a impossibilidade de se entender o século XIX, o centramento no nacionalismo e o processo de formação de uma história da literatura brasileira — mais exatamente, da cultura brasileira, ou de uma periodização delimitada por cânones indiscutíveis. Há seqüestros evidentes. Conhecíamos até agora, através da denúncia de Haroldo de Campos, no processo da formação da literatura brasileira, o seqüestro do barroco... Em relação às escritoras, nem denúncia nem pistas, mistério, enigma, vagas referências apenas. Em outras palavras, as verdades de uma tradição histórica, quando confrontadas com as provas concretas, como neste livro, devem ter seus alicerces estremecidos.

Não é preciso falar mais do espantoso silêncio a que essas cinqüenta e uma escritoras brasileiras foram submetidas. As falas dessas mulheres não querem provocar apenas uma ruptura, introduzir a alteridade, a diferença. Ler assim, apenas, seria ler pela oposição. Os textos reunidos em oposição só nos levariam mais uma vez à avaliação do paradigma de uma história literária escrita por textos de autores homens. O que valeria dizer: *Plor... escrita por nomes masculinos, igualmente canônicos*. Já superamos essa angústia e essa fase de desabafo. O desafio agora é reescrever essa história e ler diferentemente as histórias da literatura brasileira do século XIX e a historiografia produzida no século XX. Referimo-nos aos historiadores canônicos como Antônio Cândido, José Adéraldo

Castelo (em recente reedição), Alfredo Bosi, J. Guinsburg, Nelson Werneck Sodré e à luxuosa história da literatura de Luciana Stegagno-Picchio⁵ publicada pela Nova Aguilar em 1997. Referimo-nos também às leitoras dessas histórias da literatura, na maioria mulheres e professoras. E aos autores de manuals e livros didáticos. Não falamos apenas de uma revisão dos cânones, mas de uma outra compreensão do próprio período romântico e da própria cultura do século XIX.

O desejo de organizar e classificar essas escritoras que foram esquecidas, ou antes ignoradas⁶, leva-nos a refazer uma outra tradição literária. Aquela que as inclui e nos deve incluir. Caso contrário, correremos o risco (se quisermos ser pautadas pela ironia e pelo otimismo) de, em 2099, bisnetas e tataranetas de nossas orientandas e de nossos orientandos paradoxalmente estarem resgatando esses alfarrábios, eletrônicos ou não, para ler e entender o inexplicável *ignorar mais uma vez*, desta vez com dois séculos de atraso.

O que a história da literatura pode e deve fazer com essa pesquisa, com as leituras críticas que antecederam todas as poesias, cartas, ficções, ensaios das escritoras? Como avaliar 'no calor da hora' as resenhas, as reportagens, as entrevistas, os comentários, a fortuna crítica recente; a recepção bastante elogiosa ao livro organizado por Zahidé Muzart? Como avaliar os limites entre as exigências do mercado editorial, a especificidade da Editora Mulheres e o próprio conteúdo do livro em quatro tempos: o tempo das escritoras, o tempo da pesquisa, o tempo da leitura e o tempo depois de tudo isso?

Ou a historiografia literária contemporânea e os historiadores da literatura se integram ou integram essas pesquisas em um sistema literário e consideram os resultados (incluindo os dos discursos críticos que referendam as escritoras resgatadas) ou eternamente estaremos fazendo os mesmos comentários, falando da necessidade tão bem apontada pela crítica feminista: a alteração do sistema literário constituído, de forma que os textos nos fornecam novos instrumentos de análise. O que se deseja, então, não são ensaios isolados, mas a reavaliação do que está (por)escrito (e não entramos no mérito da canonização), além da consideração desse novo e organizado patrimônio literário e cultural. E, nas margens da nova história da literatura contemporânea, deseja-se que se incorpore o surgimento de um potencial literário e crítico em torno de uma pesquisa arqueológica. Estamos reescrevendo a história da literatura do século XIX, mas muito mais a história da literatura do final do século XX, pela inclusão de

pesquisas criticamente consistentes e teoricamente modernas. Não basta estarmos em lista de ensaístas brasileiras, com nossos dados civis e acadêmicos. Precisamos entrar literalmente na História.

Retomemos, então, um ponto já citado: a nação se afirma de fato quando a vemos como escritura. Só no século XIX, quando alfabetizadas, as mulheres se tornam leitoras e começam a publicar, especialmente em jornais e revistas femininas. Só no final do século XX, quando tituladas e intelectualmente reconhecidas, as mulheres começam a se encontrar em seminários e a somar esforços para grandes empreitadas. E neste ponto estamos próximas de Nara Araújo, que, com sensibilidade e inteligência, prefaciou o livro e avaliou o trabalho como uma expedição, metáfora que nos remete à imagem contemporânea dos grandes descobrimentos...

No texto introdutório do livro, Zahidé Muzart define seu trabalho, seu e de sua equipe de pesquisadoras, como uma faina de 'revolver escombros e garimpar entulhos', que só pode ser levada a cabo 'com paciência e boa dose de paixão'. Sua concepção a respeito da tarefa da historiadora feminista da literatura nos remete ao conceito benjaminiano da história como um amontoado de ruínas: não há, diz Benjamin, documento de cultura que não seja também documento de barbárie. Assim, o trabalho de resgate das autoras desaparecidas de nossa história literária corre contra a ação corrosiva do tempo, busca por entre as ruínas o legado daquilo que desapareceu. O que está morto na história pode ressuscitar. É este um modo de interpretar aquilo que Benjamin afirma: "O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes?" 'Revolver os escombros' foi a fórmula encontrada por Zahidé para definir seu trabalho, contra a corrente do tempo. E contra a corrente pelo menos em dois sentidos. Primeiro porque vai literalmente *daqui para lá: daqui* de onde estamos, de posse da nossa reflexão contemporânea sobre o papel político dos cânones, que, em qualquer tradição cultural, afirmam um centro e silenciam as margens; para *lá*, esse obscuro e misterioso *lá*, onde se encontram nossas precursoras.

E contra a corrente do tempo, ainda, no sentido destacado também por Zahidé Muzart na introdução do livro. Ela fala do ritmo lento, necessariamente lento, da pesquisa, em cujos caminhos tortuosos, "o verbo mais conjugada é o esperar: esperar por uma informação bibliográfica, esperar pelo resultado de pedidos por carta a sebos e antiquários, esperar por microfilmes de bibliote-

cas"⁸. Espera: figura do discurso amoroso, no texto de Barthes. "Estou apaixonado? Sim, pois espero. O outro não espera nunca. O outro vive em eterno estado de partida, de viagem. A identidade fatal do enamorado não é outra senão: sou aquele que espera"⁹. Curiosa atitude a dessas mulheres que esperam, num tempo como o de agora, cujo imperativo é o de não se perder tempo. Mais uma aproximação a Walter Benjamin: citando Valéry, ele observa que o narrador cujo saber se amparava na tradição, na experiência vivida e compartilhada, adequava-se ao tempo da natureza, harmonizando-se ao seu ritmo. Assim como as coisas perfeitas produzidas pela natureza tinham um tempo longo, necessário, para ganhar existência (pérolas, vinhos, pedras, criaturas...), também o narrador, ao dar corpo às suas histórias, imitava essa paciência. Esse lento fluir do tempo, marcando as ações humanas, é algo perdido para a modernidade: "O homem de hoje não cultiva o que não pode ser abreviado"¹⁰, diz Valéry.

Assim o tempo ganha outra consistência no lento trabalho de recuperação das escritoras do passado. Trabalho que nos permite, além de ampliar e redimensionar a história literária brasileira, mudar nossa concepção dessa mesma história. Pois, como diz Jeanne-Marie Gagnepin, apolada em Todorov, "cada história é o ensejo de uma nova história, que desencadela uma outra, que traz uma quarta, etc; essa dinâmica ilimitada da memória é a da constituição do relato, com cada texto chamando e suscitando outros textos"¹¹. Desse modo, o passado se transforma de monumento, diante do qual por tanto tempo nos mantivemos em posição de referência/reverência, em documento, com o qual travamos uma relação crítica. Trata-se, então, não apenas de salvar o passado, como quer Benjamin, mas também de aniquilá-lo¹²: arrastarmos o passado ao tribunal e o condenarmos. Porque as vozes silenciadas das mulheres na história não precisam mais de nós. Elas agora habitam o sono, indiferentes às respostas, que hoje lhes poderíamos ofertar, às terríveis perguntas que elas fizeram em seu tempo. Somos nós que precisamos das perguntas que elas fizeram¹³. Para que exerçam sobre nós a força germinativa que as histórias contêm¹⁴: para que, agindo como sementes, sua força conservada no tempo atue sobre nosso olhar de leitoras. Pois, como diz Italo Calvino, as leituras que fazemos, ausentes de todos os cânones — aquelas que vão forjando nossa tradição literária na experiência pessoal, íntima, da leitura que se constrói lentamente como uma entrega amorosa —, tais leituras dão forma às nossas experiências futuras, fornecendo "modelos, reci-

plentes, termos de comparação, esquemas de classificação, escalas de valores, paradigmas de beleza"¹⁵: todas, coisas que marcam indelevelmente nossa experiência de vida e de leitura.

No caso de nossa relação com os textos das escritoras do século XIX, cremos que essa semente é germinativa no sentido de nos auxiliar, a nós, como suas leitoras, a nos percebermos como vozes entre outras vozes, a apurar nossos ouvidos para perceber as vozes todas que se encontram em nossos discursos. Subjazem, a essas muitas vozes, muitas perguntas: como seriam esses discursos se essas mulheres do passado tivessem ido muito além do lamento, da mágoa e da raiva que impregnam os textos em que buscam timidamente se representar? Como seria hoje contada a história deste país ou de sua literatura se tais vozes lhe tivessem acrescentado uma visão outra, descentrada? Ou ainda, como propõe Caren Kaplan¹⁶, haverá estratégias de leitura e de escrita capazes de historicizar e desconstruir mitologias do nacionalismo e do individualismo?

Ao empreendermos essa viagem a um século XIX praticamente desconhecido do leitor brasileiro, já no século XXI, um novo modo de olhar para a tradição literária brasileira se nos apresenta, e uma só visão homogênea — um país, um centro, um modelo, uma metrópole, uma família, uma tradição — se transforma, se estilhaça, nas mãos das mulheres que ressuscitam em *Escritoras brasileiras do século XIX*. É assim que podemos ler o conto 'A escrava', de Maria Firmina dos Reis, em que se conta a escravidão do ponto de vista do negro, ou melhor, da mulher negra. Assim também se pode ler o poema 'O soldado do Paraguai', de Rita Barém de Melo, que revisita a contrapelo, marcada pela ironia, a história da guerra. Ou ainda o poema 'A lágrima de um caeté', de Nísia Floresta, em que Paulo Bezerra identifica "a imagem de um índio condenado à civilização, com valores culturais superiores aos do colonizador, de quem ele cobra os bens que lhe foram roubados"¹⁷. São exemplos esparsos que aqui indicamos apenas para sublinhar o que tentamos dizer: que as escritoras do passado, ao buscar se representar, assumindo todos os riscos da recusa da representação pela voz dos outros, construíram para o futuro — para nós — não apenas uma imagem outra de si mesmas, bastante diferente daquela que a tradição hegemonicamente nos leu nas histórias contadas sobre a mulher burguesa do segundo império, mas também outras histórias, diferentes da História. Não por acaso, o problema da representação é hoje um dos temas centrais para a teoria feminista. No centro dessa

preocupação está o entendimento de que o ato de representar constitui o processo no qual um sujeito fala em lugar de outro. Nesse processo, o outro não se constitui como sujeito, pois não assume um discurso através do qual possa enunciar-se por si mesmo. Como objeto do enunciado alheio, ele se deixa impregnar pelas valorações e pela visão de mundo daquele que o representa. Nesse sentido, representar significa, de modo geral, silenciar e marginalizar o outro. Sabemos a quem, historicamente, tem sido destinada a posição do Outro. Empreender a leitura das escritoras do passado, encontrar sua voz dissonante em relação à tradição que as posicionou, é um gesto imbuído do significado político de construção de um espaço outro, para além da ideologia do gênero¹⁸. Isso não significa saudar nostálgicamente o passado, mas, pelo contrário, incorporar as vozes do passado num discurso que se faz aqui e agora, nem nostálgico nem utópico, mas traçado, como sugere Teresa de Lauretis, nas margens dos discursos hegemônicos, como “espaços sociais entalhados nos interstícios das instituições e nas fendas e brechas dos aparelhos de poder-conhecimento”¹⁹.

Assim como os textos reunidos pelas pesquisadoras desconstruem uma representação homogênea do lugar da mulher, seja na história, seja na literatura do século XIX, elas também acabam por solapar qualquer idéia que equivocadamente pudéssemos ter de uma identidade comum a unir todas essas escritoras. Em sua leitura, percorremos toda a variedade de pensamentos que povoam nosso passado, desde a adesão mais entusiasmada à ideologia colonial até o ímpeto revolucionário; da obediência estreita aos ditames da convenção literária da época até sua aberta paródia; do conformismo (a sério ou não) às rígidas hierarquias sociais, como nos Conselhos de Bárbara Heliodora a seus filhos — “Com Deus, e o rei não brincar,/ É servir e obedecer,/ Amar por muito temer,/ Mas temer por muito amar,/ Santo temor de ofender/ A quem se deve adorar!” — até o desabafo indignado da escritora anônima — “Triste sorte a nossa. Para alguma causa melhor nasceremos!”. Assim, lembrando, com Donna Haraway²⁰, a dolorosa fratura que nos impede o retorno ao aconchego de um nós que nos abrigaria a todas, numa unidade tão doce quanto impraticável, caberia ainda interrogarmos, ao encararmos a variedade de discursos que constituem este *corpus* provisoriamente reunido, quantas mulheres se encontram por trás desse véu que apenas começamos a levantar, o véu da ‘mulher’ do século XIX? Quantas diferenças se encobrem

sob essa aparente identidade que começamos a investigar?

A paciência e a paixão de que fala Zahidé Muzart na introdução de seu livro retornam aqui como uma síntese do que acreditamos ser o valor maior desse trabalho de resgate das autoras do século XIX. Paciência para realizar o trabalho quase artesanal que é ouvir e fazer falar a experiência — ou melhor, a multiplicidade de experiências, distintas, que se tinham volatizado no tempo. Paixão porque justamente se questiona, através das estratégias feministas de leitura ou releitura do passado, o valor dos critérios de objetividade e científicidade reivindicados pelo sujeito do conhecimento das ortodoxias intelectuais. A leitora crítica feminista é — ao contrário desse sujeito supostamente neutro, não posicionado — posicionada no espaço, no tempo, sexual e politicamente; por isso mesmo ela trava com o texto que analisa uma relação que não é neutra nem impessoal, mas interessada, intensa e, muitas vezes, por que não, apaixonada.

É importante ressaltar o mérito de como o livro foi montado: ele é, como já dissemos, todo centrado nas escritoras brasileiras do século XIX, e as pesquisadoras deram a autoria àquelas que ainda não haviam aparecido em conjunto. Basta ver o índice. Sintomaticamente a história da crítica contemporânea é anunciada e iniciada quando os nomes e as especificações acadêmicas das quinze pesquisadoras fecham o livro, a pesquisa, a história, ou como acharmos que se deve nominar isso. São elas as responsáveis: Ana Helena Cizotto Belline, Constância Lima Duarte, Eliane Vasconcellos, Iva Duarte Alves, Lízir Arcanjo Alves, Luzilá Gonçalves Ferreira, Maria Tereza Caiubi Crescenti Bernardes, Nancy Rita Vieira Fontes, Norma Telles, Rita Terezinha Schmidt, Sylvia Perlingeiro Paixão, Valéria Andrade Souto-Maior, Valéria Cardoso da Silva, Yasmin Jamil Nadaf e Zahidé Lupinacci Muzart.

A partir dessas colocações, propomos é que este livro não seja ponto de chegada, mas ponto de partida para se escrever uma história que não opte apenas pela inclusão dos nomes das autoras, dos títulos, mas que incorpore a leitura das obras nas concepções norteadoras do século XIX.²¹ Não há tempo aqui para se reavaliar, por exemplo, as alterações na estética romântica com a inclusão desses textos escritos por mulheres. Ou da estética parnasiana ou simbolista com a inclusão das poetas ali reunidas.

Inegavelmente, as quinze pesquisadoras já nos deram os caminhos e a bibliografia básica. Em linhas gerais elas repensaram a literatura, como

que vasculhando a história da cultura em busca do que deve ser mencionado, senão para demonstrar, ao menos para apontar uma correspondência entre o que consideram estar dentro e fora do texto. O que devemos avaliar, com questionamento e auto-crítica, é se as inquietações que têm movido a crítica e a historiografia feministas encontram neste trabalho algumas respostas. Pôs cabe aqui lembrar o que dizia a pesquisadora Zahidé Muzart em 1994, num encontro realizado na UFSC: "Somente agora estamos descobrindo no Brasil a literatura feminina do século XIX e, embora já possamos contar com várias pesquisadoras envolvidas em projetos de resgate, não temos ainda conclusões definitivas mas somente questionamentos e hipóteses — direções de percurso"²².

Ao fazer os textos falarem, *Escritoras Brasileiras do Século XIX* promove a transformação de mais de sessenta mulheres em texto, e nos permite ensaiar uma nova história da literatura no Brasil. Cabe ainda — e a nós outras, em um esforço integrado — superar a fase apontada por Zahidé Muzart de questionamentos e hipóteses, e saber aproveitar o que a princípio é atordoante: mil páginas, cinqüenta e uma escritoras do século XIX, centenas de temas, mágoas, vidas, cartas, falas e poemas, quinze pesquisadoras do século XX, uma editora chamada, e dirigida por, Mulheres, histórias de uma literatura/cultura ainda a ser definida, assimilada e entendida no século XXI. Temos muito o que fazer a partir de agora com essa matemática predominantemente feminina.

1 Zahidé Lupinacci Muzart (org.), *Escritoras Brasileiras do Século XIX*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

2 In H. Bhabha (ed.), *Nation and Narration*. New York: Routledge, 1990, p. 47 e 49.

3 E. Hobsbawm, *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 8.

4 In Benedict Anderson, *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 14.

5 Luciana Stegagno-Picchio, *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1997.

6 Brito Broca, As Mulheres na Literatura Brasileira. In: *Românticos. Pré-Românticos. Ultra-Românticos*. Polis/INL, 1953.

7 Walter Benjamin. Sobre o conceito de história. In: _____. *Magia e técnica; arte e política; ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 223.

8 Zahidé L. Muzart (org.), Op. cit., p. 24.

9 Roland Barthes. *Fragments de um discurso amoroso*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, p 27 e 96.

10 Walter Benjamin. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. Op. cit., p. 206.

11 Jeanne-Marie Gagnepain. Walter Benjamin ou a história aberta. In: _____. Op. cit., p. 13.

12 Monumento, documento, salvar, aniquilar: usamos aqui Nietzsche e Benjamin.

13 A partir da sugestão do poema 'Procura da poesia', de Carlos Drummond de Andrade.

14 Walter Benjamin. O narrador. Op. cit., p. 204.

15 Italo Calvino. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 10.

16 Caren Kaplan. Autobiografia de resistência: gêneros fora-da-lei e sujeitos feministas transnacionais. *Travessia*, n. 29/30. UFSC, ago.94-jul.95, p. 63-99.

17 Paulo Bezerra. Um toque feminino na literatura brasileira. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 18 de setembro de 1999.

18 Cf. Teresa de Lauretis. A tecnologia do gênero. In: Heloísa Buarque de Hollanda (org.), *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-42.

19 Idem, p. 237.

20 Donna Haraway. Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: Heloísa Buarque de Hollanda (org.), Op. cit., p. 243-88.

21 João Ernesto Weber. *A Nação e o Paraíso*. Florianópolis: UFSC, 1996.

22 Zahidé Lupinacci Muzart. Na aprendizagem da palavra: a mulher na ficção brasileira — século XIX. In: *Fazendo gênero. Seminário de Estudos sobre a Mulher*. Florianópolis: UFSC. 1994/Ponta Grossa: UEPG, 1996, p. 77-83.

SIMONE PEREIRA SCHMIDT ■
TÂNIA REGINA OLIVEIRA RAMOS ■